

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JESSICA BRASIL SKROCH

MULHERES DA VILA

**Um site jornalístico sobre as histórias de mulheres líderes em comunidades
vulneráveis de Curitiba**

CURITIBA

2019

JESSICA BRASIL SKROCH

MULHERES DA VILA

Um site jornalístico sobre as histórias de mulheres líderes em comunidades vulneráveis de Curitiba

Projeto de produto e documento monográfico apresentado como requisito parcial à obtenção de bacharel no curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Orientador: Professor doutor José Carlos Fernandes

CURITIBA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

NOME DO ALUNO(A): JESSICA BRASIL SKROCH
**TÍTULO: MULHERES DA VILA - UM SITE JORNALÍSTICO SOBRE
AS HISTÓRIAS DE MULHERES LÍDERES EM COMUNIDADES
VULNERÁVEIS DE CURITIBA.**

LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:

**Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR,
realizada na sala 4, no dia 03/12/19, às 19h00.**

BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES	NOTA
JOSE CARLOS FERNANDES (orientador)	100
VALQUIRIA MICHELA JOHN	100
ANA LUISA PEREIRA (convidada)	90
MÉDIA FINAL:	97

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
JOSE CARLOS FERNANDES	<i>Jose Carlos Fernandes</i>
VALQUIRIA MICHELA JOHN	<i>Valquira John</i>
ANA LUISA PEREIRA	<i>Ana Luisa Pereira</i>

Curitiba, 03 de dezembro de 2019.

*À minha mãe e ao meu pai, que sempre
trabalharam por um mundo mais justo*

*À minha irmã, que me ensina todos os
dias a enxergar o mundo com um outro
olhar*

*À todas e todos que dedicam suas vidas
pela defesa e garantia dos Direitos
Humanos*

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão aos meus pais, Adriana Marchiorato Brasil e Eról Francisco Skroch, que desde meus primeiros anos de vida se esforçaram (e até brigaram) para me possibilitar a melhor educação possível em cada colégio que pisei. Agradeço, também, por me educarem com afeto e para a diferença. O apoio que me dão, o trabalho de vocês, o incentivo para alcançar voos mais altos e em busca da felicidade: tudo isso foi fundamental na minha história. Obrigada.

Agradeço à minha irmã, Aléxia Brasil Skroch, por me ensinar jeitos mais leves de viver. Ainda, agradeço por me mostrar como é possível argumentar sem medo para defender as minhas causas, e que persistir é uma estratégia de luta.

Agradeço ao meu professor e orientador, José Carlos Fernandes, que confiou em mim em todas as etapas desse projeto. Durante toda a graduação, Zeca foi o exemplo de profissional ético, justo, sensível. Obrigada por todas as conversas sobre jornalismo e sobre a vida, todas as aulas belamente ministradas, todas as experiências que me proporcionou no programa de extensão Núcleo de Comunicação e Educação Popular e na monitoria.

Carinhosamente, agradeço a Gustavo Schmid Queiroz, por estar ao meu lado, por acreditar em mim, por fazer os meus dias mais felizes. O amor que você semeia pelo mundo é contagiante e seu propósito de vida com certeza inspirou a ideia desse projeto. Minha gratidão especial por me acalmar nesse trajeto, pelas valiosas sugestões e auxílio na edição dos conteúdos.

Agradeço a todos os meus amigos pelas palavras de conforto e pelas trocas nesse momento de fortes emoções que é fazer o Trabalho de Conclusão de Curso. Gratidão a Ellen Nemitz, Karla Losse Mendes e Josiane Tochetto, que me aguentaram falando sobre isso todos os dias no meu período de estágio, acalentaram a minha ansiedade e sempre estiveram disponíveis em me ajudar no que fosse necessário. Agradeço a Victor Tirapelle, pelo cuidado com o design e programação do site, ainda que também estivesse prestes a entregar seu TCC.

Minha gratidão às brasileiras e aos brasileiros que defendem a universidade pública, gratuita, de qualidade, e que com recursos que ampliem o seu acesso. É realmente um privilégio fazer parte da história da Universidade Federal do Paraná.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que me confiaram seu tempo e suas histórias, abriram suas casas e seus vidas para participar desse projeto. Obrigada Andréia de Lima, Gessi Borrher, Maurina Carvalho e Vera Lucia Peres por lutarem incansavelmente por um mundo melhor!

“Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas essas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente.

E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem”.

(Discurso proferido em 1851 por Sojourner Truth, ex-escrava, abolicionista afro-estadunidense e ativista pelos direitos das mulheres)

“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando do nosso lugar de vida e existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

(Marielle Franco, sobre o Dia Internacional da Mulher, 2018)

RESUMO

O presente documento monográfico propõe um embasamento teórico e reflexivo para o projeto do site jornalístico *Mulheres da Vila*, resultado do Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. O produto se propõe a apresentar perfis multimídias de mulheres que são protagonistas de lutas sociais e políticas em defesa das demandas de suas comunidades vulneráveis na cidade de Curitiba. Para a realização desse trabalho, a pesquisa teórica buscou identificar os espaços e os papéis sociais destinados à mulher ao longo da história, principalmente em relação ao espaço público e a posições de poder. A partir disso, foram traçados alguns trajetos dos primeiros espaços públicos ocupados pelas mulheres e de que forma essas atuações se relacionam com os projetos sociais desempenhados pelas perfiladas. Ainda, destacam-se alguns marcos históricos da participação feminina em movimentos sociais no Brasil. Por fim, apresenta-se o processo socio-político de feminização do poder, no qual a mulher em condições de subalternidade passa a desempenhar uma ação pública importante como liderança comunitária, ou como a “mulher de favela”, constructo teórico que dá origem ao título desse trabalho. Esse documento também conta com referências teóricas sobre jornalismo cidadão, jornalismo de resistência, jornalismo literário e webjornalismo. O site está disponível em mulheresdavila.com.

Palavras-chave: Webjornalismo. Perfil jornalístico. Protagonismo feminino. Mulher de favela. Feminização do poder.

ABSTRACT

This graduation paper proposes a theoretical and reflective basis for the project of the journalistic site *Mulheres da Vila*, result of the graduation course in Social Communication with qualification in Journalism. The product proposes to present multimedia profiles of women who are protagonists of social and political struggles in defense of the demands of their vulnerable communities in the city of Curitiba. For this work, the theoretical research sought to identify the spaces and social roles destined for women throughout history, especially in relation to public space and positions of power. From this, some paths of the first public spaces occupied by women were traced and how these actions are related to the social projects performed by the women of this project. Still, I brought some historical milestones of female participation in social movements in Brazil. Finally, this paper presents the socio-political process of “power feminization”, in which women in subordinate conditions start to play an important public action as communities leaderships, or as the “favela women”, a theoretical concept that gives rise to the title of this project. This document also has theoretical references on citizen journalism, resistance journalism, literary journalism and webjournalism. The website’s address is mulheresdavila.com.

Keywords: Webjournalism. Journalistic profile. Female protagonism. Favela woman. Power feminization .

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MULHERES E PODER: O ESPAÇO E O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA	17
2.1	A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO E A FEMINIZAÇÃO DO PODER.....	20
2.2	A EDUCAÇÃO DAS MULHERES E PELAS MULHERES.....	24
2.3	A FILANTROPIA.....	26
2.4	MULHERES E O MOVIMENTO DE TRABALHADORES.....	32
3	PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA POR CIDADANIA: MARCOS BRASILEIROS	40
3.1	AS MULHERES NA LUTA CONTRA A CARESTIA	41
3.2	AS MULHERES NA LUTA PELA ANISTIA E O DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL	42
3.3	A MULHER NO MOVIMENTO SOCIAL	45
4	TEORIAS PERTINENTES: JORNALISMO LITERÁRIO, JORNALISMO DE RESISTÊNCIA, JORNALISMO CIDADÃO E WEBJORNALISMO.....	51
4.1	JORNALISMO LITERÁRIO	51
4.2	JORNALISMO DE RESISTÊNCIA E JORNALISMO CIDADÃO	57
4.3	A RELAÇÃO DO WEBJORNALISMO COM O JORNALISMO CIDADÃO E LITERÁRIO	59
5	METODOLOGIA.....	63
6	PROJETO DO SITE	69
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

“Das mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer” (PERROT, 2019, p. 22). Não faltam fontes para dizer que a história das mulheres carece de fontes. As produções sobre a história das mulheres muitas vezes iniciam assim, lamentando a falta de documentos (MORAES, 2005; PERROT, 2019; DEL PRIORE, 2015). Nos embates e resistências femininas, têm-se os registros daquelas que participaram das mudanças sociais em suas ações nos movimentos coletivos ou individuais, principalmente personagens icônicas como Dandara dos Palmares, Maria Quitéria de Jesus, Anita Garibaldi, Nísia Floresta, Bertha Lutz, Zilda Arns, Marielle Franco, entre tantas outras. Porém, o que aconteceu no cotidiano da grande maioria das mulheres brasileiras permanece ausente dos livros de história. Quando se falam de mulheres pobres e analfabetas, a situação se agrava. Os poucos registros marcam suas queixas policiais e judiciárias, principalmente referente às violências por elas sofridas (SOIHET, 2015).

O presente documento tem o objetivo de embasar de maneira teórica e reflexiva o site jornalístico *Mulheres da Vila* (mulheresdavila.com), que trará perfis de mulheres que desempenham lutas sociais e políticas em defesa de suas comunidades em vulnerabilidade social, como vilas e favelas. Esse projeto tem o objetivo de colaborar para ecoar as tantas vozes de mulheres que lutam pela garantia de direitos, que atuam em busca da solução de problemas dentro de espaços em que o Estado é omissor e que sofrem os efeitos cruéis da segregação social. Esse projeto busca promover visibilidade para a importância da atuação política dessas mulheres, ressaltando que, com tão poucos recursos, elas conseguem construir redes e estratégias que transformam a realidade social de maneira efetiva.

Na história, a invisibilidade das mulheres se dá principalmente porque elas foram menos vistas no espaço público, por muito tempo lugar digno apenas para as vozes dos grandes homens públicos. Além disso, já que a vida da mulher não parecia de muito interesse social de qualquer forma, poucos são os vestígios

deixados, inclusive por elas mesmas apagados (PERROT, 2019). Porém, isso não quer dizer que mulheres não estiveram presentes na transformação da história no curso do tempo, muito pelo contrário. Não quer dizer também que não estiveram fora de casa, no terreno exclusivamente masculino. Tiveram, de fato, dificuldades imensas de aparecer no espaço público, situação que era considerada indecente até muito pouco tempo (e muitas vezes ainda é). Enquanto a “mulher pública” é a prostituta, o “homem público” é aquele dotado de capacidade intelectual e moral para governar (RAGO, 2015, p. 603).

A partir das décadas de 1960 e 1970, quando o feminismo adquire potência no mundo, e a história das mulheres começa a se desenvolver mais, impulsionada por diversas questões políticas, científicas e sociológicas que colaboram para colocar a mulher enquanto sujeito e agente, o discurso de que o lugar da mulher é dentro de casa parece perder sua centralidade e força na sociedade. Entretanto, por fazer parte da cultura, é também um pensamento já enraizado, de difícil e complexa desconstrução. Infelizmente, ainda, a mulher é valorizada por ser “bela, recatada e do lar”, como a Revista Veja descreveu a ex-primeira-dama Marcela Temer (LINHARES, 2018). Ou, nas palavras do próprio ex-presidente Michel Temer, a mulher é importante porque “se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher”, além de suas colaborações na economia, como aponta Temer, porque é ela quem sabe indicar os desajustes nos supermercados (BRASIL, 2017). O presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, exaltou no Dia Internacional da Mulher de 2019 que é motivo de comemoração que os ministérios estão hoje “equilibrados”, contando com 20 homens e 2 mulheres, uma vez que cada mulher “vale por 10 homens” (BRASIL, 2019). Michelle Bolsonaro também ressaltou na ocasião as qualidades ditas femininas, como a “delicadeza e da força feminina em edificar famílias, impulsionar solidariedade e transformar vidas” (BOLSONARO, 2019). A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves, partilha de pensamento semelhante, uma vez que acredita que o papel da mulher na sociedade é o de ser mãe e que, infelizmente, precisa ir para o mercado do trabalho (ALVES, 2018). Esses são alguns poucos exemplos, retirados do contexto da política brasileira recente, que reforçam os estereótipos que aprisionam a mulher no lar, na ação social de educar

e cuidar dos filhos e tudo o que diz respeito ao espaço doméstico: espaço em que não pode fazer política. Ou será que pode?

Apesar dos caminhos tortuosos de “ser mulher”, é a partir de papéis considerados tradicionalmente femininos que as mulheres desse trabalho conseguem subverter essa condição estanque e utilizá-la para projetos sociais em prol de suas comunidades pobres, de maneira a valorizar os seus direitos e os direitos dos outros, em uma busca constante e incansável pela cidadania. Em atividades voluntárias, elas se organizam sozinhas, muitas vezes sem fins lucrativos, para atuar no que deveria ser papel do Estado, gerando benefício público e coletivo. Projetos diversos se manifestam em áreas abrangentes, sejam em atividades para crianças, educação para a cidadania, letramento, psicoterapia, rodas de conversa ou artesanato, todos com um objetivo comum único: desenvolver a sua própria comunidade e amenizar os problemas sociais ali existentes.

As primeiras afirmações da mulher no espaço público acontecem de maneira a não radicalizar o que as determinou por tanto tempo, ou seja, de forma a utilizar dos preceitos sociais daquilo que é tradicionalmente papel cultural da mulher em sociedade, a fim de que ela possa conquistar atividades nunca antes tocadas e espaços nunca antes pisados. No **capítulo 2**, este estudo trará uma breve análise do papel e espaço da mulher na história, recorrendo a Simone de Beauvoir, Michelle Perrot, Elisabeth Badinter, Margareth Mead, Mary Del Priore e Pierre Bourdieu. Em seguida, serão abordados alguns momentos históricos de presença e principalmente de protagonismo feminino na educação, na filantropia e na luta por condições básicas de vida, desembocando em diversos movimentos sociais encabeçados por mulheres. Percebe-se que toda atuação delas que ultrapassa os muros da casa é sempre justificada por algum papel feminino que é ressignificado, muitas vezes com algum custo. Essas atividades acabam não configurando tanto como um “perigo social”, uma vez que é sua função de mulher cuidar e educar as pessoas.

No **capítulo 3**, serão apresentados marcos históricos brasileiros em que mulheres foram protagonistas de três movimentos sociais importantes: na luta contra a carestia, na luta pela Anistia e nos movimentos sociais comunitários.

Para compreender a passagem da mulher do âmbito privado para o público no Brasil, no **capítulo 4** será analisado o processo histórico de “feminização do poder”, proposto por Denise Fonseca, Daniela Santos Machado Pagnocelli e Monique Lomeu Magalhães, através do qual as mulheres passam a ter acesso às estruturas de poder, rompendo com a lógica da família patriarcal no momento em que conquistam novas esferas sociais, políticas, econômicas, culturais, jurídicas e intelectuais na sociedade (FONSECA; PAGNOCELLI; MAGALHÃES, 2008). É um movimento que inicia no último quartel do século XIX, a partir do rompimento de estruturas éticas da família patriarcal e que se intensifica com a expansão do feminismo no mundo, a partir da década de 1960. As histórias das mulheres desse trabalho se relacionam com esse processo quando realizam atividades sociais que são essencialmente para melhorar a vida pública, na busca pela garantia de direitos e pela ampliação da cidadania. Nesse capítulo, também será abordado o constructo teórico “mulher de favela”, cunhado por Nilza Rogéria Nunes, que diz respeito a um sujeito político diretamente ligado com o processo de feminização do poder e que define as mulheres de vila tratadas nesse projeto (NUNES, 2018).

A maior parte desses movimentos de mulheres em suas comunidades pobres não são considerados feministas, uma vez que não colocam como pauta principal a questão da igualdade de gênero. Porém, considera-se que a inclusão do ideário feminista reelaborado em outros setores dos movimentos sociais, como por mulheres pobres, negras, trabalhadoras e sindicalistas, faz com que se constate que existem muitos feminismos construídos, e que “as fronteiras entre movimentos de mulheres e o feminismo têm sido sistematicamente ofuscadas” (SOARES, 1998, p. 45). Além disso, mesmo que sejam movimentos distintos, e que no caso desse estudo se trate de mulheres que lutam de alguma maneira para aprimorar as condições de vida e diminuir os impactos degradantes da pobreza, o movimento de mulheres e o feminista conversam na medida em que colocam a mulher em ação pública e política, reelaborando o papel tradicional da mulher, passível de relação com conceitos clássicos feministas de “emancipação” e “empoderamento” femininos.

Percebe-se, principalmente com a observação proporcionada para realizar esse trabalho, e com base nas pesquisas sobre a feminização do poder e a mulher

de favela, que as lideranças em instâncias comunitárias nas favelas são em grande maioria mulheres.

Segundo Nunes (2018), que realiza pesquisas sobre mulheres que empenham lutas sociais e políticas nas favelas do Rio de Janeiro, a maior parte desse grupo é formado por mulheres negras. No entanto, em Curitiba ainda não há pesquisas que possam atestar a predominância de determinada raça nessas atuações. Considera-se que essa relação entre gênero, poder e raça negra possui uma complexidade que deve levar em conta as especificidades do que é ser uma mulher negra num lugar de liderança em territórios populares. Nesse estudo, essa interseccionalidade – isto é, um estudo que considera a interseção de identidades sociais – não foi explorada. Ressalta-se a importância de pesquisas que se dediquem às mulheres negras, porque, ainda que elas formem o maior grupo da população brasileira, representando 28,6%, são elas também que sofrem maior vulnerabilidade social (IPEA, 2019; IPEA, 2016). No contexto curitibano, este ainda é um caminho a ser trilhado em pesquisas futuras¹.

O espaço do bairro, uma dimensão ampliada da casa, é também um terreno de administração e incidência feminina. Preocupadas com a qualidade de vida de seus vizinhos, são mulheres que desenvolvem atividades das mais variadas para reverter um pouco as situações degradantes causadas pela qualidade inferior ou pela falta de acesso a serviços de necessidades básicas, como saneamento, eletricidade, abastecimento de água potável, policiamento e corpo de bombeiros, além do difícil acesso aos serviços de saúde, transporte público e educação. As moradias podem ser precárias e estão localizadas, muitas vezes, em áreas de risco ou de alto risco, suscetíveis por exemplo à inundação, ao desmoronamento ou à intoxicação por substâncias nocivas.

¹ Apenas uma breve análise de dados é suficiente para demonstrar a situação de vulnerabilidade social enfrentada pelas mulheres negras na sociedade brasileira. Em 2014, dados da pesquisa *Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostram que as mulheres negras recebiam uma média de R\$ 946, contra R\$ 2.393 mensais dos homens brancos – o que representa menos de 40%. A pesquisa também demonstra que as mulheres negras se tornam inativas no mercado muito mais novas (média de 49 anos) do que os homens brancos (média de 65,7 anos) e permanecem em trabalhos mais precários e possuem jornadas de trabalho mais extensas, combinando o trabalho com as atividades domiciliares e de cuidados não remuneradas. Além disso, as mulheres negras são a maioria nas chefias de família – 41,1% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres negras – e precisam criar e sustentar seus filhos sozinhas (IPEA, 2016).

As situações sociais das favelas revelam violações dos Direitos Humanos Fundamentais estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como os direitos sociais e individuais previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil. Na busca de minimizar as carências que não são atendidas pelo Poder Público, surgem as ações de organizações não-governamentais e de outras entidades do chamado Terceiro Setor. As condições básicas para se viver em sociedade devem ser asseguradas por todo o tempo de vida, independente de condição social, raça, cor, orientação sexual, religião ou gênero. Os direitos humanos configuram as necessidades essenciais dos membros de uma sociedade, como direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia e à terra, à educação, à liberdade, à igualdade de direitos e oportunidades, ao trabalho, etc. Uma vez que esses direitos não são assegurados, a sociedade civil organizada procura solucionar essas ausências.

É importante ressaltar que as condições de vulnerabilidade desembocam em outros problemas sociais para além da pobreza, como a violência, o desemprego, a desnutrição, o abandono da educação formal, a gravidez precoce, e problemas relacionados ao uso indevido de drogas.

Em Curitiba, cerca de 160 mil pessoas vivem em 223 aglomerados subnormais, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O “aglomerado subnormal” é o termo utilizado pela instituição para designar os locais comumente chamados de favela, comunidade ou vila. Esse tipo de espaço é definido por cada conjunto formado por pelo menos 51 unidades habitacionais, que são majoritariamente carentes de serviços públicos essenciais, e que ocupam ou já ocuparam áreas irregulares, dispostas de forma desordenada e densa.

Dentro das comunidades pobres, o número de mulheres é maior. Em Curitiba, o IBGE estima uma diferença de 2 mil mulheres a mais que homens nas favelas. Apesar da capital ser reconhecida como cidade modelo em planejamento urbano, a situação habitacional ainda deixa muito a desejar. Esse dado também revela um fenômeno que pode ser relacionado com o protagonismo feminino nas favelas, chamado de feminização da pobreza, processo em que há o crescente

empobrecimento das mulheres e o aumento de famílias chefiadas por mulheres (CASTRO, 1999).

Ainda, para o memorial teórico, no **capítulo 5** serão abordados os gêneros jornalísticos utilizados na construção do projeto *Mulheres da Vila*: o jornalismo literário e o formato do perfil jornalístico, o jornalismo cidadão e o jornalismo de resistência, além de uma análise sobre as potencialidades do webjornalismo para intensificar o objetivo proposto para o site jornalístico que é produto desse documento monográfico. Por fim, o **capítulo de metodologia** explica o processo de reflexões e pesquisa bibliográfica, a prospecção de personagens e fontes, as entrevistas para a construção dos materiais que compõem o produto e a estrutura do site.

Produzir informações sobre mulheres faveladas é, assim, um grande desafio, mas uma contribuição necessária e urgente à história. É dar contornos, fazer emergir e fortalecer trajetórias que têm sua presença “frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos” (PERROT, 2019, p.21). Nesse sentido, assim como na história (PERROT, 2019), fazer jornalismo sobre mulheres é poder, de alguma forma, mesmo que com público limitado, afirmar o conjunto de mulheres por “elas” ao invés de generalizar para “eles”, é devolver o “nome” que foi apagado pelo casamento, é desenhar suas identidades, suas diversidades, suas singularidades, suas atividades no mundo e no espaço público, é valorizar e cooperar pela memória feminina.

Esse trabalho não pretende apenas contar as histórias de mulheres protagonistas em projetos sociais, mas também como as suas ações podem impactar toda uma comunidade e gerar tantos conhecimentos, promover a cidadania e minimizar violações sociais, construir valores que são a base de uma sociedade democrática, mas que se revela autoritária, desigual, repressora.

2 MULHERES E PODER: O ESPAÇO E O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA

Para compreender a questão de gênero que costura esse trabalho, é necessário analisar os espaços e os papéis tradicionalmente designados às mulheres ao longo da história e os sistemas de valores que sustentam as relações entre os gêneros. Esses sistemas delimitam até onde a mulher e o homem podem ir socialmente, o que é de um e do outro, as estruturas da ordem sexual que permanecem ou mudam com o tempo, e como essas influenciam no retrato das mulheres líderes em ações sociais dentro de suas comunidades – tema da presente investigação. O exercício desse poder – de ação e de liderança – não se mostra como característica cultural própria das atividades que seriam “das mulheres”. Pelo contrário. Ao mesmo tempo, essas ações também revelam o trabalho de cuidado, dito como feminino.

Pensar na história das mulheres e na divisão sexual é, para Bourdieu, na obra *A dominação masculina* (1998), estar em frente ao que ele chama de *paradoxo da doxa* (grifo da autora), no qual existe uma ordem do mundo com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, obrigações e sanções respeitadas, sem um maior número de transgressões, em que uma ordem estabelecida com as suas relações de dominação e tudo aquilo que as permeia, inclusive as violências, perpetue-se. O autor coloca que, em síntese, a dominação masculina se dá por meio da violência simbólica, incrustada nas instituições que as reproduzem, em princípios que tanto dominador quanto dominado reconhecem e que determinam as maneiras de falar, de pensar, de agir (BOURDIEU, 2019, p.12). É a partir dessa submissão paradoxal da violência simbólica que a divisão sexual permanece, na qual os...

...“esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram diferenças de natureza inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo, em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos” (BOURDIEU, 2019, p.22).

Para entender a dinâmica da diferença socialmente construída entre os gêneros, a dominação masculina vigente e a divisão do trabalho que opera sob ela,

e inclusive para justificá-las, são utilizados argumentos que se baseiam na natureza anatômica da mulher, nas suas características biológicas (BADINTER, 1993; BEAUVOIR, 1949; BOURDIEU, 1998; MEAD, 1971). Tratam-se de divisões arbitrárias que estão presentes em todas as sociedades das quais se tem conhecimento e que buscam construir analogias entre os antônimos, o sol e a lua, o bem e o mal, o dia e a noite, a força e a fragilidade, a rapidez e a lentidão (MEAD, 1971, p. 26). Por extensão, homem e mulher.

É o que tenta desmistificar Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1949), numa extensa análise sobre a definição de gênero, do “ser mulher” e a sua associação direta com o sexo, ou seja, a diferenciação das espécies em categorias de macho e fêmea, transpostas para os seres humanos. A autora recusa a ideia de que o corpo da mulher constitui para ela um destino imutável ou que explica porque ela é o “Outro”, o segundo sexo.

“O corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa nesse mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade (BEAUVOIR, 2019, p. 65).

Uma série de características são apresentadas ao longo da história, visando comprovar a inferioridade feminina em relação ao homem: afirma-se que elas têm uma estrutura física menor, menos pesada, mais frágil, uma força muscular e capacidades respiratórias inferiores, sistemas mais instáveis (BEAUVOIR, 2019, p. 59). Numa perspectiva existencialista, Beauvoir expõe que as características biológicas se apresentam apenas como fatos, mas a fundamentação da supremacia masculina se dá através da significação atribuída a elas, a partir de referências existenciais, econômicas e morais, de modo que as noções de “fraqueza” e “inferioridade” sejam construídas e associadas à mulher (BEAUVOIR, 2019, p.63).

Essas ideias, baseadas em argumentos biológicos, transcendem o sentido anatômico quando adquirem uma significação, e assim, se alicerçam num contexto em que a “fraqueza” só existe a partir dos fins que os homens propõem, dos instrumentos que dispõem, das leis que se impõem (BEAUVOIR, 2019, p.63). Não são as características biológicas que determinam a visão androcêntrica, mas é essa visão que impõe a diferença entre os corpos biológicos como dois polos hierarquizados, com significações e valores indiscutíveis que se naturalizam como a “ordem das coisas” (BOURDIEU, 2019, p.44).

As qualidades ditas femininas seguem um conjunto de alteridades com o masculino, sempre colocadas no sentido mais pejorativo: alto/baixo, na frente/atrás, fora (público) / dentro (privado). São posições homólogas que se sustentam de forma mútua por meio do jogo de transferências práticas e metáforas que distribuem aquilo que confere a cada gênero (BOURDIEU, 2019, p. 21)

Dessa forma, existe a concepção de que os homens teriam os atributos físicos necessários para atuar no mundo exterior, no espaço público. Ao contrário dos atributos que definiriam as mulheres, ligadas ao interior, ao espaço privado. (BOURDIEU, 2019, p. 35). A própria educação elementar das posturas corporais ensina as mulheres “a arte de se fazer pequena” como forma de medir a feminilidade, revelando uma ética, uma política e uma cosmologia, a partir dos movimentos de curvar-se, abaixar-se, demonstrar docilidade (BOURDIEU, 2019, 2019, p. 52). Tal lógica revela as posições corporais que as mulheres assumem muitas vezes até os dias de hoje, como sorrir, baixar os olhos e manter as pernas fechadas. Culturalmente, na maior parte das sociedades, os territórios femininos devem ser pequenos, confinados, em contraposição aos espaços e movimentos dilatados dos homens, especialmente em lugares públicos (BOURDIEU, 2019, p.53).

A divisão sexual, assim estruturada, determina usos legítimos dos corpos, a se considerar aqui o corpo como instrumento de domínio do mundo que se apresenta de acordo com o que foi apreendido (BEAUVOIR, 2019, p. 60). O corpo é construído socialmente – nos princípios da divisão da razão androcêntrica que fundamentam os estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher. Logo, as atitudes públicas, como fazer frente, enfrentar, olhar no rosto, tomar a palavra, são monopólios dos homens, enquanto a mulher deve renunciar ao uso público do seu corpo, da sua palavra, da sua ação (BOURDIEU, 2019, p.36).

Assim como a identidade de gênero é fabricada, construída junto com os seus atributos (BADINTER, 1993; BUTLER, 2019), as mulheres, na realidade, não fazem sempre jus aos mitos que as definem e as resumem inteiramente, manifestando-se de maneiras diversas (BEAUVOIR, 2019, p.330). São incontáveis os momentos na história em que as mulheres foram contra os preceitos das qualidades relacionadas a elas, a exemplo da passividade, docilidade e submissão

ao homem, ou que elas estariam sempre voltadas para o âmbito doméstico e familiar, no cuidado com a prole e o lar, justificados pelos pilares católicos que baseiam os valores e comportamento do homem civilizado ocidental, e que colocavam o homem na posição de superioridade em relação à mulher (ELIAS, 1939). Os primeiros passos para a emancipação da mulher se dão justamente de forma a prezar por essas mesmas características, a fim de não subverter radicalmente a ordem estabelecida e, ainda assim, aos poucos, conquistar espaços e papéis que lhes foram negados.

2.1 A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO E A FEMINIZAÇÃO DO PODER

O século XIX, marca do início da modernidade, é um período que reforça os discursos do ideal da mulher que se empenha de forma restrita no ambiente doméstico, no cuidado do lar e da família, de forma a intensificar a segregação sexual dos espaços público e privado, acentuando as funções, os papéis, os lugares e as tarefas predeterminadas de cada gênero (PINSKY, PEDRO, 2005, p. 265; PERROT, 1988, p. 187).

Essa situação também é uma herança do desenvolvimento do capitalismo e do crescimento econômico em meados do Século XVIII, que transforma o padrão de vida das populações e aumenta as classes médias urbanas, permitindo que milhares de mulheres pudessem contratar empregados. Dessa forma, uma mãe que pudesse ficar em casa é sinônimo de um marido que obteve sucesso para prover a família. Conclui-se que as próprias mudanças intensificaram a ideia de que as mulheres deveriam ser mães e esposas obedientes, destinadas ao lar (PEDRO, PINSKY, 2005, p.270).

Em *Mulheres públicas* (1998), Michelle Perrot faz uma análise dos lugares que eram destinados às mulheres no século XIX. Revela um culto quase sagrado para a mulher que permanece no espaço privado, assim como uma “demonização” da mulher que tem presença pública, vista como uma a mulher noturna, depravada, debochada, lúbrica, venal, uma espécie de feiticeira que desafiaria a ordem das coisas (PERROT, 1998, p. 7-8). Em comparação ao que cabe a cada gênero nos espaços, “o homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada,

noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (PERROT, 1998, p. 7).

Por outro lado, a imagem de uma “rainha do lar” é o que sustenta a máxima de um “poder feminino” de cuidado no século XIX. A “mulher da casa” era também aquela associada à Virgem Maria, o sonho de salvação dos saint-simonianos por obra da Mãe. Sobre isso, Perrot escreve inclusive que “a mãe é o ponto geométrico desses cultos diversos que acabam por criar uma saturação insuportável, e alimentam o velho medo que os homens sentem pelas mulheres, e particularmente pela potência materna” (PERROT, 2017, p.191) Ressalte-se que é esse papel de mãe, de cuidado com a prole, que conduz a feminização de certas atuações em detrimento de outras ao longo do tempo, uma vez que os atributos estão relacionados a essa “característica biológica” e portanto seguem a ordem da dominação masculina.

No Brasil, essa valorização ganha destaque durante as décadas de 1920 e 1930, momento em a mulher passa a ter uma presença crescente no espaço público do país (uma tendência que é um pouco atrasada se comparada à experiência europeia). A “mãe cívica” é celebrada como aquela que vai preparar os filhos para serem os futuros cidadãos da pátria, colaborando para o engrandecimento da nação. Aqui, também, a Santa Maria é cultuada e a mulher deveria se restringir ao seu “habitat natural” do lar (RAGO, 2015, p. 592).

Porém, é também a partir do século XIX que as mulheres começam a poder reinventar suas ocupações na sociedade de forma significativa na conquista feminina de ocupar novos espaços e atuações. Esse movimento inclui atividades de importante protagonismo que se refletem nos dias de hoje e que são consideradas para a reflexão proposta neste trabalho.

Por exemplo, no chamado *fin-de-siècle*, fim do século XIX, marcado por embates sociais, econômicos e acadêmicos, há uma reordenação da vida privada das mulheres e uma ampliação dos seus espaços de circulação, como uma vida social mais agitada, na qual as mulheres passam a frequentar teatros e bailes, além de terem maiores oportunidades de estudar piano e francês. Esse processo se deve principalmente à vinda da corte para o Brasil ainda no início do século e a influência

francesa trazida para os costumes urbanos, que alteram as relações de gênero (ITABORAÍ, 2016). Logo em seguida, há a eclosão do movimento sufragista brasileiro. Contudo, esses momentos de conquistas femininas são abalados pelas duas Guerras Mundiais.

Além disso, interessa a este estudo analisar as formas de exercício e manifestação de poder pela mulher. Para Michelle Perrot (2017), o poder feminino se dá por influências difusas e periféricas e se flexiona para o plural, os “poderes das mulheres” que, no Ocidente contemporâneo, existem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. O ideal da mulher mãe educadora talvez seja o princípio desses poderes, a partir de uma potência civilizadora na função de formar as crianças para o mundo, e mais abrangente, educar a civilização da espécie humana (PERROT, 1988; PINSKY, PEDRO, 2005).

Para analisar essas transformações da presença feminina e principalmente o seu protagonismo em causas sociais, será abordada a “feminização do poder” (FONSECA; PAGNOCELLI; MAGALHÃES, 2008). Caracterizado pelo “processo histórico da conquista feminina de acesso às estruturas de poder — culturais, sociais, econômicas e políticas”, esse movimento foi possível a partir do rompimento com os valores éticos que estruturavam a família patriarcal a partir do último quartel do século XIX, possibilitando novas práticas e relações de poder. (FONSECA; PAGNOCELLI; MAGALHÃES, 2008, p. 247).

Considera-se que as ações sociais, e, portanto, públicas, de mulheres líderes em comunidades de vulnerabilidade social façam parte do conjunto de atividades de mulheres brasileiras que se empenharam em transformar suas realidades de diversas maneiras, contribuindo para o acesso e a garantia de direitos dos cidadãos que são historicamente subalternos. Além disso, essas mulheres transformam suas próprias condições de subalternidade por meio de uma participação ativa que demonstra um poder feminino muitas vezes individual e cotidiano, um poder que não condiz com os preceitos de uma mulher passiva e submissa, muito menos com a ideia de dependência e da total subordinação frente ao homem. A “mulher de favela”, sujeito político que se origina a partir desse processo de feminização do poder no final do século XX, será tratada pelo capítulo 4 desse estudo.

Serão abordados a seguir momentos essenciais que marcam os primórdios da feminização do poder, ou seja, da desarticulação da hierarquia social de poder, da desigualdade das relações de poder entre os gêneros. A mulher, quando sai do confinamento do espaço doméstico e passa a atuar com maior incidência no espaço público, percebe os seus padrões de submissão modificados (FONSECA; PAGNOCELLI; MAGALHÃES, 2008, p.249). São, contudo, mudanças que não seguem pelo tempo sem obstáculos e impedimentos, uma vez que adentrar em áreas que não combinam com a “natureza feminina” é motivo de incômodo para a ordem da divisão sexual já estabelecida na sociedade.

Percebe-se que algumas esferas serão de penetração mais fácil para as mulheres, e é por esses lugares que causam menos estranhamento e subversão daquilo que “é de mulher” que será possível conquistar aquilo que culturalmente “não é de mulher”.

O início das considerações desse estudo será a segunda metade do século XIX, na qual se desabrocham transformações industriais, a modernização do país e a instauração da Primeira República. É também no final desse período que as áreas profissionais em que a presença feminina é predominante até hoje começaram a se definir: o cuidado da saúde, o setor de serviços e a educação (FONSECA; PAGNOCELLI; MAGALHÃES, 2008), esta última de interesse para a próxima análise. Em seguida, serão abordados os movimentos de mulheres trabalhadoras, e a relação entre a ação pública de mulheres e a filantropia. Por último, de que forma essa história brevemente apresentada tem influência nos movimentos feministas que tiveram início em 1960 e o seu auge a partir da década de 1980.

Ressalta-se que ao longo do curso da história as mulheres passaram por diversos momentos de avanços e recuos. O marco temporal do século XIX foi escolhido a fim de explorar a consolidação do ideal da mulher que é mãe e cuidadora, o que não significa que essa concepção não tenha sofrido resistências ou modificações no imaginário social. Porém, é um papel feminino que acabou perdurando até os dias atuais, ainda que com outros significados em seu entorno. Pontua-se também que esse estudo não pretende abordar uma extensa historiografia das mulheres.

2.2 A EDUCAÇÃO DAS MULHERES E PELAS MULHERES

Nísia Floresta (1810-1855), educadora, feminista e antecipadora no seu tempo, acreditava que a maior opressão a que se submetia a mulher brasileira frente aos homens era a falta de instrução (DEL PRIORE, 2014, p. 151). A educação das mulheres no século XIX não era um fator de grande preocupação social e limitava-se a uma formação que pudesse corroborar para o cumprimento dos papéis femininos (PINSKY, PEDRO, 2005, p.274). O desenvolvimento que almejava um Brasil mais culto, moderno e industrial, em meados do século, fazia parte dos discursos dos legisladores, que instituíram algumas escolas para que pelo menos parte da população pudesse participar do processo de transformações que aquele país rural, escravocrata, analfabeto e com marcado caráter colonial necessitava realizar.

Nas poucas escolas brasileiras para meninas, elas aprendiam a ler, escrever, realizar as quatro operações matemáticas e a doutrina cristã, base que também era ensinada aos meninos. Porém, enquanto os meninos continuavam no caminho das ciências, as meninas se voltavam para as prendas domésticas, para a mãe que formaria depois o homem e assim contribuiria para o desenvolvimento das nações. O motivo principal dessa educação era, portanto, o de qualificá-las para as funções de esposa e mãe, com ênfase na sua formação moral, a aceitação de sacrifícios e a constituição do caráter, em conformidade com a sua missão maternal de transmissão de virtudes, valores e princípios (PINSKY, PEDRO, 2005; LOURO, 2015; TRINDADE; 1996). Sobre essas formas de educação das mulheres, Louro escreve:

Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (LOURO, 2015, p. 446).

Esse período foi, sem dúvidas, um avanço no sentido de ampliação das possibilidades para as mulheres burguesas, ainda que vinculada a uma justificativa da sociedade patriarcal. No final do século, porém, novidades nos currículos

procuraram se aliar à essência feminina, inspirados na ideologia positivista que introduziram mais conceitos científicos a essa educação (LOURO, 2015, p. 448). Dessa forma, o poder das mulheres no papel de “mães salvadoras da nação” passa a ser intensificado, conferindo-lhes maior valorização e destaque, justificando a necessidade de suas formações para a modernização do país.

No início do século seguinte, em 1923, a escritora feminista Emília de Sousa Costa escreve sobre esse pensamento: "A alma de uma nação é a alma da Mulher, da Mãe – que é a educadora, a escultora dos caracteres, a transmissora dos papíros sagrados da tradição, a guarda fiel do amor da Pátria no coração de seus filhos" (COSTA, 1923, p. 13). É um primeiro passo em direção à saída do limitado espaço doméstico de atuação da mulher, mesmo que encabeçado nos valores de seus interiores.

Para desenvolver o Brasil, eram necessários docentes com boa formação. As primeiras escolas normais para a formação de professores foram abertas em meados do século XIX, destinadas para ambos os sexos, mas que estavam formando, segundo os relatórios, mais mulheres do que homens. Provavelmente, a feminização do magistério se vinculava ao fato de que os homens tiveram seus espaços de trabalho ampliados devido à modernização e industrialização do país (LOURO, 2015, p. 449). Sobre a feminização do magistério, que dura até os dias de hoje, Almeida escreve:

Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhes foram vedados. O fato de não ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério, aureolado pelos atributos de missão, vocação e continuidade da- quilo que era realizado no lar, fizeram que a profissão rapidamente se feminizasse (ALMEIDA, 1998, p. 23)

A profissionalização do magistério abriu portas para as mulheres – especialmente as das classes médias – ocuparem o mercado de trabalho e para trazê-las ao espaço público, de modo a modificar os funcionamentos da subalternidade social, política e econômica em relação aos dominadores do gênero masculino. Para Almeida (1998), também significou para muitas a única forma de

realização do campo profissional para aquelas que buscavam a liberação econômica, mesmo que para isso fosse necessário estar permeada pela “aura da maternidade e da missão” (p. 28).

Esse processo que precisou de lutas e reivindicações, marcado por críticas e polêmicas que desqualificavam o fato de “serem mulheres” para executar tal trabalho. Como escreve Louro (2015), tal pensamento pode ser exemplificado nas afirmações de Tito Lívio de Castro, médico ensaísta brasileiro que escreveu em 1894 *A mulher e a sociogenia*, no qual demonstra as diferenças entre os cérebros feminino e masculino, considerando o último o mais desenvolvido. Isso se deve, segundo o autor, ao atrofiamento do cérebro da mulher pelo seu “desuso”, o que faria das pessoas do gênero feminino seres incapazes intelectualmente para se dedicar a algo tão importante como a educação da infância, o que na verdade representaria “um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa” (CASTRO, 1894, p. 280).

Considera-se para esse trabalho, portanto, que a presença das meninas nas instituições de ensino como estudantes e das mulheres como docentes é um importante marco para se compreender o que se denomina de feminização do poder, em atividades que possibilitaram suas formações e maior presença nos espaços sociais, econômicos e políticos, de maneira a se aproximar da conquista de direitos e a ampliação da cidadania. Movimentos estes que colaboraram para o desenvolvimento dos movimentos feministas e os movimentos de mulheres que se consolidaram no Brasil a partir de 1980.

2.3 A FILANTROPIA

No mesmo período em que as mulheres começam a se capacitar como professoras, outro fenômeno chama atenção de literatos, clérigos e escritoras: a crescente participação de mulheres de classes médias e da aristocracia de países ocidentais em ações caritativo-filantrópicas para necessitados (MARTINS, 2015, p. 14).

A fim de compreender as possíveis relações entre o objeto de estudo deste trabalho – mulheres lideranças em comunidades pobres que realizam projetos sociais para a promoção da cidadania –, e as atividades que ao longo da história das mulheres podem ser as bases para esse fenômeno, será analisada nesse tópico

a possível influência da filantropia como ação social de protagonismo feminino. Essa é uma prática considerada “feminilizada” para a pesquisadora da temática (gênero, assistência e filantropia) Ana Paula Vosne Martins (2015). Nos percursos que serão tomados aqui, a autora será a principal referência, uma vez que as suas produções demonstram as interfaces entre a história das mulheres, a filantropia e a assistência, e a relação dessas atividades com a Igreja. Pontua-se que tratar da Igreja Católica é atravessar uma temática que possui centenas de anos de história, e, não seria possível, portanto, realizar uma análise aprofundada das diferentes manifestações e lugares ocupados pelas mulheres nesse contexto, inclusive em posições de poder.

As mulheres se apoiavam não só em instituições cristãs para o cumprimento das ações de caridade e filantropia, como nos valores culturais que essas religiões pregavam, porque agiam com base nos discursos sentimentais que valorizavam as “qualidades” femininas de bondade, cuidado e solidariedade que envolvem a figura da mãe. O atributo de cuidar é, historicamente, ligado ao espaço doméstico, e por consequência, à figura da mulher. Segundo Aristóteles em *Política*, o lar e o núcleo familiar são responsáveis por suprir as necessidades mais básicas, como alimentação, atenção com crianças, idosos e doentes, cumprindo seu papel fundamental de reprodução da vida (*apud* MARTINS, 2011, p. 17).

Em uma teoria que perdurou pelo menos até a Idade Moderna, Aristóteles baseia um pensamento de inferioridade da mulher numa classificação hierárquica da primeira ordenação natural do poder, a família. Dessa maneira, as atividades do cuidar são secundárias se comparadas à atividade política, colocando aqueles que “cuidam”, como mulheres e escravos, numa categoria de sujeitos não políticos, desprovidos de cidadania (MARTINS, 2011).

“O mundo da política é, nessa concepção, o oposto do mundo das particularidades, das necessidades, dos cuidados, o que estabelece uma profunda dicotomia ontológica e funcional entre ambos, marcada pela condição social e pelo gênero” (MARTINS, 2011, p. 18)

A fim de discutir as definições dos termos “filantropia” e “caridade”, será utilizado como base as definições propostas pela pesquisadora do tema Catherine Duprat (1993), integrante de uma corrente teórica que prevê distinções para as duas expressões. Para a autora, a filantropia seria uma virtude social desenvolvida pelas ideias dos filósofos iluministas no Antigo Regime, e a caridade seria uma virtude cristã. Frisava-se, pelos filósofos das Luzes, que a filantropia teria uma verdadeira

utilidade social, uma vez que passa a ser entendida como uma maneira de prevenção da pobreza por meio de uma ação continuada, refletida e organizada, ao contrário da caridade que serviria mais como um “paliativo”, uma ação isolada piedosa (SANGLARD, 2005, p. 30).

Apesar da diferenciação pretendida pelos franceses desse movimento intelectual, o termo “filantropia” acaba sendo mais genérico, permitindo uma dupla acepção da palavra e abarcando o todo das obras com finalidade social, caritativas ou humanitárias, sejam elas religiosas ou não. Dessa maneira, Duprat coloca que ambos os termos se referem a uma mesma expressão da identidade de um “doador” (SANGLARD, 2005, p. 30). Para esse trabalho, será utilizada essa definição, em que filantropia pode se referir a ações de caridade, ligadas a ações piedosas religiosas, assim como ações desligadas de concepções espirituais.

As ações de caridade e de filantropia, no sentido de ações que procuram atender às necessidades básicas dos cidadãos e cidadãs e que atuam no enfrentamento de violações de direito, são também a gênese da formação da profissão do Serviço Social, que emerge na década de 1930 no Brasil (BATTINI, 2012). A partir das demandas das necessidades sociais que surgem com o desenvolvimento industrial e econômico, ou seja, “fruto da união da cidade com a indústria (ESTEVÃO, 1992, p.9), foi preciso defender a burguesia, que acabava de enriquecer e conquistar mais poder, dos problemas sociais e políticos que as classes menos favorecidas poderiam causar.

As funções para esse controle são divididas de maneira em que o Estado ficasse com a imposição da paz política por meio da repressão e da violência, e a Igreja com o âmbito social, empenhado na caridade. A partir do século XIX, mulheres piedosas da aristocracia, baseadas na concepção cristã de praticar o bem para todos os indivíduos, passam a prestar assistência àqueles que não têm seus direitos e condições de vida asseguradas. Elas ficam conhecidas como as “damas da caridade”, consideradas as primeiras assistentes sociais (ESTEVÃO, 1992).

O processo de criação e de institucionalização do Serviço Social estão nos grupos do movimento do apostolado leigo, principalmente formados por jovens meninas participantes da Juventude Operária Católica (JOC), da (JUC) Juventude Universitária Católica e da Juventude Estudantil Católica (JEC) (BATTINI, 2009;

OLIVEIRA, CHAVES; 2017). Esses movimentos deram origem ao primeiro Código de Ética Profissional elaborado e promulgado em 1947, “impregnado de valores cristãos, sem mediação do Estado e, portanto, sem respaldo jurídico” (OLIVEIRA, CHAVES, 2017).

A filantropia, católica ou protestante, foi uma alternativa de atuação para além do espaço doméstico para essas mulheres privilegiadas. Entretanto, como aconteceu com o magistério, a filantropia configurou em uma ampliação dos espaços ocupados por mulheres através “da valorização das próprias virtudes e papéis tidos como femininos, como “devoção incondicional”, “afetividade”, “mansidão”, “responsabilidade de zelar pela moral” (PINSKY, PEDRO, 2005, p. 274). As mulheres deveriam cuidar da sociedade, assim como cuidavam de seus lares. Ao mesmo tempo, tomavam para si o direito de poder transformar a sociedade ao agir no espaço público (idem).

Desta forma, o discurso reformador e a ação filantrópica não afrontavam a rigidez da ideologia da domesticidade e da separação das esferas pública e privada, preservando a ordem de gênero e a respeitabilidade das mulheres que poderiam frequentar o espaço público mais amplo e se envolver com aspectos da questão social sem ofender os padrões de moralidade e a honra familiar e também criar um espaço de poder para elas, poder este sustentado na autoridade moral das mulheres (MARTINS, 2015, p. 24)

Essa atuação “abriu os olhos” de muitas mulheres para o mundo que acontecia fora de suas aconchegantes casas, colocando-as em contato com pessoas pobres e situações miseráveis, o que provocou, em algumas, uma revolta pelas injustiças econômicas e sociais (PEDRO, PINSKY, 2005, p. 274). São essas mulheres, também, que intervieram publicamente em assuntos sociais e que se envolveram em campanhas humanitárias, entre elas o abolicionismo, o combate ao alcoolismo, a luta contra o tráfico de mulheres e a prostituição; campanhas por uma legislação protetora de crianças e mulheres trabalhadoras, até perpassando causas feministas como o sufrágio, demonstrando os inícios do feminismo que eclode nos meados do século XX (MARTINS, 2015, p. 16).

Como escrevem Pedro e Pinsky (2015), um dos motivos para que esses primórdios do movimento feminista possam ter se desenvolvido é porque “a filantropia proporcionou o contato entre mulheres das classes privilegiadas, entre estas e mulheres pobres, e a criação de uma identidade entre mulheres de lugares

distintos - a base de uma “consciência de gênero” que desembocaria muitas vezes ao feminismo” (p. 274).

A filantropia não foi atividade exclusiva das mulheres, uma vez que homens não só participaram das ações ao longo da história, mas como dirigiram as organizações nas quais as mulheres começaram a se empenhar. Mais tarde, elas iniciaram suas próprias associações e grupos, nos quais se dedicavam em preencher as lacunas de um Estado insuficiente: cuidavam dos mais frágeis como as crianças e os doentes, participaram de campanhas de caridade, manifestaram contra as bebidas alcóolicas e a exploração da prostituição, educaram os mais pobres, ampararam órfãos e viúvas, divulgavam informações de saúde pública, reivindicaram a reforma sanitária, ou seja, procuraram atender os desamparados de toda ordem (PINSKY, PEDRO, 2005, p. 274; MARTINS, 2015, p. 14).

No desenvolvimento da caridade cristã, a oposição entre o que é da esfera política (pública) e o que é da esfera dos cuidados (doméstica) começa a ser dissolvida. As práticas de cuidados com aqueles que necessitam são vistas pelas vertentes ascética e monástica do cristianismo como símbolos de compaixão: “Doar esmolas, viveres ou mesmo parte do tempo cuidando de doentes, abandonados ou perseguidos adquiriu um elevado valor espiritual nos quadros ideológicos e morais do cristianismo” (MARTINS, 2011, p.18).

A caridade e a filantropia eram caminhos para a salvação do espírito através do dom e da fé, em um espaço que não se configurava como político pois estava além dele, acima dele. É por essa característica que tanto homens quanto mulheres poderiam exercer a caridade, já que ela não estava ligada (naquele momento) à ideia do espaço público em si, mas à vida religiosa e à dimensão espiritual (MARTINS, 2011, p.19). Porém, o papel social tradicional da mulher colabora para a feminização desses trabalhos de cuidado, associados à figura da Maria, mãe de Jesus, que “entre seus vários títulos é a senhora da caridade, do auxílio, dos necessitados, dos aflitos, entre tantas outras denominações que indicam sua disponibilidade em cuidar dos seus inúmeros filhos” (idem).

De acordo com Knot e Taylor (2007), conforme citado por Martins (2005, p. 17) a historiografia feminista pouco explorou as relações entre a religião com a agência feminina e com as formulações de crítica social que surgem da fé católica

e protestante. Porém, percebe-se algumas mulheres das classes médias e da aristocracia encontraram “na crítica iluminista os fundamentos para a defesa de suas capacidades morais e intelectuais e na religião cristã, (...), a inspiração tanto para um fortalecimento individual baseado na fé, quanto para a ação pública, ancorada na caridade” (MARTINS, 2015, p. 17). Sobre isso, Perrot (2006), em *Minha história das mulheres*, explica que a ação coletiva e pública das mulheres só é bem vista quando é apoiada nos papéis femininos, como os motins por alimentos e a ação caritativa em associações filantrópicas, também as maneiras mais “convenientes” de atuação pública.

No livro, a autora destaca mulheres que foram importantes fundadoras de ordens, missionárias e educadoras no século XIX, as quais criaram associações e sindicatos cristãos num momento em que o sindicalismo se inspirava na virilidade e demonstrava um antifeminismo: “Assim, uma cultura católica pôde favorecer a expressão das mulheres, com ou apesar da Igreja, em caminhos por ela abertos e em suas margens (PERROT, 2019, p. 86).

A fim de entender os elos que unem as palavras tão diferentes (método e historicamente) “Estado”, “assistência” e “mulheres”, Martins (2011) seleciona como ponto de partida a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942 e considerada um marco da organização da assistência social no Brasil, com o objetivo de atender as famílias dos soldados brasileiros que estavam na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. A primeira-dama, Darcy Vargas, reúne então mulheres das classes mais privilegiadas para atuar “como verdadeiros soldados naquilo que eram capazes de fazer: cuidar dos mais necessitados” (MARTINS, 2011, p. 16). Após a guerra, a LBA continua seus trabalhos junto ao poder público e instituições privadas “abarcando serviços da assistência social à saúde, da educação à habitação, da pesquisa social à propaganda, enfim, atuando em diferentes frentes de ação (...)” (idem). Para a autora, as atividades de assistência social da LBA – que se repetem também de maneira similar em outros países ao redor do mundo – proporcionaram as condições para o exercício de uma “cidadania feminina”, estruturada na função social feminina da maternidade e o trabalho de cuidado considerado como natural do gênero, definido por Joan Tronto (1996, p.142) como “uma atividade da espécie humana que inclui tudo que fazemos para

manter, dar continuidade e restaurar nosso ‘mundo’ para que nele possamos viver da melhor forma possível” (*apud* MARTINS, 2011, p. 17).

Portanto, relaciona-se a ocupação das mulheres na caridade e na filantropia como uma das primeiras formas de presença e incidência pública das mulheres, atividade que remete às atuações das lideranças que são o foco deste trabalho. É uma nova formulação da atividade carito-filantrópica realizada pelas camadas populares.

2.4 MULHERES E O MOVIMENTO DE TRABALHADORES

No começo do século XX, emergem no Brasil outras perspectivas de trabalho e de atuação para as mulheres, impulsionadas pelo crescimento da urbanização e industrialização das cidades, formando uma moderna esfera pública em que homens e mulheres se relacionam segundo os modelos europeus, com novos espaços de interação social (RAGO, 2015, p. 587).

Diferente das mulheres das classes mais privilegiadas, que poderiam exercer sua função sacralizada de cuidar da casa e dos filhos, as mulheres das classes trabalhadoras precisavam de ocupações assalariadas para ajudar no sustento de si e das suas famílias (PINSKY, PEDRO, 2005, p. 273). Ainda que no início do século XX alguns setores no Brasil reclamassem os direitos trabalhistas e a proteção previdenciária, essas reivindicações diziam respeito apenas aos homens trabalhadores, deixando quase escondidas as especificidades das mulheres, especialmente as péssimas condições de trabalho que lhes eram impostas (GIULIANI, 2015, p.640). Porém, nas primeiras décadas do século, boa parte do proletariado brasileiro era formado por mulheres – constituindo 67,62% (DEL PRIORE, 2014, p.89) – e crianças imigrantes, mão de obra abundante e barata.

Na imprensa operária da época estão registradas as péssimas condições de trabalho que elas tinham, sofrendo maus tratos, assédios sexuais, longas jornadas de trabalho e baixos salários (RAGO, 2015, p. 578). A mulher que trabalha na indústria é também o tipo de proletário considerado “sem qualificação”, destinado a realizar as atividades mais simples, monótonas e sujas, que exigem apenas atenção e coordenação motora, e, por isso, o trabalho feminino é visto como aquele que precisa de menor capacidade, conhecimento e responsabilidade. Além disso, a motivação única do trabalho feminino é a sua remuneração (que é menor do que

dos homens), principalmente para o orçamento do lar e o estudo dos filhos, não envolvendo interesse próprio ou realização pessoal. Adicionam-se a essas situações precárias de trabalho as tarefas domésticas noturnas, que impedem o ganho de horas extras, e a quase impossibilidade de inclusão no mundo do lazer. Em tempos de crises, como guerras, os trabalhos pesados recaem sobre as mulheres e são sempre os que têm os salários reduzidos. (BOSI, 2007, p. 121-122). Complementa-se ainda que a participação feminina nas guerras envolve diferentes esferas, principalmente atuando para sustentar a casa, mas também nas frentes de guerra e nas atividades de apoio. Sobre essa participação, Villanueva escreve:

as mulheres foram guerrilheiras, encarregadas de interceptar tropas inimigas, atuaram na retaguarda trabalharam nas fábricas de armas e munições, foram responsáveis pelas transmissões por rádio, passaram informações e foram também as grandes propagandistas, condutoras de prisioneiros que escapavam, além de cozinheiras, enfermeiras e encarregadas da população infantil (VILLANUEVA, 2007, p. 117).

Segundo Margareth Rago (2015, p. 579), é difícil coletar informações sobre essas trabalhadoras no início da industrialização brasileira e a sua participação na luta operária, uma vez que os discursos sobre o universo fabril são de jornalistas, patrões, militantes políticos, médicos e juristas que esboçam nos documentos e fontes disponíveis características pejorativas de mulheres frágeis, perigosas, passivas, inconscientes, perdidas e “degeneradas”. Além disso, o espaço da fábrica é considerado por esses homens como perigoso à honra feminina, um “local de perdição” em que a trabalhadora é um ser passivo e indefeso, “uma visão que está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada” (RAGO, 2015, p. 585).

Nesse contexto, com a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e à esfera pública em geral, o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido (...). Enquanto o mundo do trabalho era representado pela metáfora do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a “rainha do lar” e o “reizinho da família”. (RAGO, 2015, p. 588).

Os poucos documentos que a autora utiliza para esse resgate são escritos pelas próprias trabalhadoras, denúncias de militantes políticas e entrevistas orais posteriores ao período. Rago enfatiza que nessas fontes oficiais se apresenta muito mais a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que a própria percepção delas de suas condições sociais, sexuais, individuais: “Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política

nem contorno pessoal” (RAGO, 2015, p. 579). Aqui, mais uma vez, atesta-se a invisibilidade da mulher na história, ainda que ela tenha participado ativamente dos processos de transformação na sociedade em suas mais variadas formas, como enfatiza Perrot (2019):

“Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios (p.21).

As primeiras fábricas brasileiras, sobretudo aquelas de fiação e tecelagem, contavam com uma elevada quantidade de mulheres de nacionalidade estrangeira, principalmente imigrantes da Europa, como italianas, espanholas, portuguesas, alemãs, romenas, húngaras, entre outras. Atraídas pelas propagandas do governo brasileiro que buscava substituir a mão de obra escrava desde meados do século XIX, as imigrantes viam no Brasil uma oportunidade de fugir das condições sociais difíceis em seus países de origem (RAGO, 2015, p. 580). Sobre a presença das imigrantes brancas, vale ressaltar as condições de trabalho ainda piores das mulheres negras durante esse período pós Abolição dos Escravos.

Preocupada com a formação de um “novo trabalhador brasileiro”, disciplinado, produtivo e especialmente branco, a elite brasileira se empenhou em atrair imigrantes europeus em busca do “fortalecimento da raça”. Dessa maneira, as trabalhadoras e, não mais escravas, continuavam com postos de trabalho de empregadas, cozinheiras, lavadeiras, vendedoras de rua e prostitutas, sofrendo com os salários baixos e tratamentos péssimos. (RAGO, 2015, p. 581). “Normalmente, as mulheres negras são apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania”. (RAGO, 2015, p. 582)

Com o passar do tempo, a presença das mulheres nos trabalhos fabris vai sendo progressivamente substituída pela mão de obra masculina no desenvolvimento da industrialização, sendo constantemente desqualificadas para os trabalhos num mundo que seria “naturalmente masculino”. Os obstáculos das mulheres operárias eram muitos, dentro das fábricas ou mesmo em suas casas, quando os pais cobravam o casamento para que elas tivessem um futuro de

“sucesso” e tratavam o trabalho fora do lar como inadequado (RAGO, 2015, p. 581-582).

As insatisfações das mulheres trabalhadoras contra as longas jornadas de trabalho, as péssimas condições, a higiene e as habitações coletivas, os controles punitivos, os assédios sexuais, a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres encontraram um espaço de manifestação e reivindicação na imprensa operária (RAGO, 2015, p. 584). O jornal *O amigo do povo*, fundado por um grupo de anarquistas em 1902 em São Paulo, é um exemplo de periódico que trata sobre a emancipação feminina e a questão operária. Participaram desse movimento Maria de Oliveira, Matilde Magrassi, Elisabetta Valentini e Sorelina Giordani (TOLEDO, 1998, p. 101). Na edição de 27 de junho de 1903, a italiana Matilde Magrassi escrevia:

É já tempo que a mulher operária faça também nesta cidade o que vai fazendo em tantas outras cidades civilizadas [...] uni-vos, formai sociedades de resistência, procurai conquistar mais bem-estar, despertai do longo letargo no qual tendes estado adormecidas até hoje (RAGO, 2015, p. 595).

Outras feministas anarquistas também se destacam pela organização de palestras, cursos educativos e a fundação da Federação Internacional Feminina, como Maria Lacerda de Moura, Josefina Stefani Bertacchi, Maria de Oliveira e Maria S. Soares, colocando que a transformação da sociedade só viria pela emancipação do papel da mulher em sociedade, indo contra os argumentos biológicos de inferioridade feminina e denunciando as explorações das classes dominantes não somente na esfera do trabalho, mas nos valores morais e sociais (MINARDI, 2008, p. 4-5).

Personagem emblemática da luta operária é também a escritora, jornalista, feminista e comunista Patrícia Galvão, a Pagu, que escreveu o romance proletário *Parque indústria* (1933), com o pseudônimo de Mara Lobo. A obra trata das relações de poder no ambiente industrial em São Paulo e as interações entre personagens de diferentes classes, numa trama que se desenrola sob uma abordagem feminista radicalmente inovadora para o seu tempo (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 19).

Diversas manifestações tiveram seu início com motivações femininas, como a primeira grande greve têxtil dos operários e operárias da fábrica Aliança e Cruzeiro

na Capital Federal, o Rio de Janeiro, em 1903, após a demissão de uma operária que teve um filho do mestre que a despediu; as greves das indústrias têxteis de 1901 e 1917; quando diversas operárias da Fábrica Santa Branca foram despedidas por reclamarem do controle de tempo nos banheiros, motivação para greve em 27 de agosto de 1922; entre outros casos (RAGO, 2015; MINARDI, 2008).

Na imprensa feminina, os discursos valorizavam o trabalho da mulher fora do lar. Isso ocorre de maneira a combinar a inserção feminina no mundo do trabalho e no espaço público com os atributos ditos femininos – que procuram justificar o problema da mulher trabalhadora –, as feministas explicavam que “uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais, certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno” (RAGO, 2015, p.590). Ressalta-se que nessas publicações libertárias a preocupação se voltava para as mulheres das classes mais altas, discriminando, inclusive, as mulheres operárias pobres. Ligadas à Revista Feminina, suas reivindicações “buscavam o direito político e o de poder ocupar o espaço público com oportunidades iguais às dos homens” (PINTO, 2003, apud MINARDI, 2008, p. 4).

Para este estudo, interessa que os movimentos de trabalhadoras ilustram um protagonismo em uma esfera que é de difícil acesso e aceitação social para as mulheres na história. Apesar da inserção da mulher no mercado ter sido um processo que já data mais de um século no Brasil, percebe-se que é ainda um espaço negado ao gênero feminino, permeado por preconceitos e desvalorizações constantes.

O Estudo Especial sobre Diferenças no Rendimento do Trabalho de Mulheres e Homens nos Grupos Ocupacionais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado na *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018* (Pnad Contínua 2018), revela que o rendimento das mulheres trabalhadoras equivalia a 79,5% do rendimento dos homens em todas as ocupações pesquisadas, independentemente se configuravam como atividades de maior participação feminina. Além disso, as mulheres continuam dedicando mais tempo para as tarefas domésticas e para os cuidados de pessoas do que os homens, gastando quase o dobro de horas semanais (21,3 horas) para essas atividades do que gastam os homens (10,9 horas). As ocupações nas quais sua mão de obra é

predominante em relação à masculina são também aquelas que permanecem ligadas à esfera doméstica e ao trabalho de cuidado, como professoras de ensino fundamental (80,4% de mulheres) e trabalhadoras dos serviços domésticos em geral (95,0% de mulheres).

Giuliani (2015) ressalta que a luta feminina no movimento operário não deve ser apenas entendida na perspectiva dos conflitos que estão nas relações de trabalho, mas que esses também impactam várias esferas da vida social. Esses movimentos de trabalhadoras atingem áreas para além da produção, influenciando na vida familiar e nas relações com toda a sociedade, em um esforço pela conquista da cidadania e de seus direitos (p.640). Para compreender a influência feminina na promoção de pautas mais ligadas ao espaço “doméstico”, ou seja, de condições essenciais de vida dentro do movimento operário, analisa-se em seguida as considerações dessa autora.

Desde 1907, quando os movimentos sindicais passaram a formular suas primeiras pautas reivindicatórias como a fixação da jornada de trabalho, o repouso semanal, férias anuais, assistência médica em caso de acidentes, entre outras condições de trabalho, até a década de 1960, momento em que o arrocho salarial é o tópico central do movimento operário, de maneira a relacionar a questão econômica com políticas que buscam reintroduzir a democracia nas relações de trabalho e nas relações sindicais, as mulheres são consideradas apenas de forma indireta como cidadãs.

Esse cenário começa a se modificar com as mobilizações de vários setores pela redemocratização do país entre 1979 e 1985, movimentos que muitos deles contam com a participação feminina ativa. Nessas novas práticas sindicais, impulsionadas pela necessidade de enfrentamento aos regimes militares autoritários, as dimensões do movimento atingem outros espaços para além das paredes das fábricas, contemplando outras questões vinculadas ao trabalho, mas também relacionadas às condições de vida dos brasileiros e brasileiras. Em tal contexto, as lutas englobam reivindicações para as autoridades em relação à moradia, água, saúde, educação, saneamento básico e transporte. É nessa interface entre sindicalismo e as lutas por melhores condições de vida que a mulher se percebe participante do movimento de trabalhadores (GIULIANI, 2015, p. 643-644).

A progressiva penetração e inclusão das mulheres nos movimentos operários e sindicais provoca uma modificação nas estruturas de reflexão, mobilização e de debate dentro dessa cultura. Além disso, elas introduzem a pauta do gênero:

Assim como há uma confluência entre propostas de renovação da cultura sindical e os movimentos populares, também ocorre uma união entre grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, algumas organizações sindicais, partidos e alguns setores que atuam nas instituições de administração do Estado. Vários desses grupos chegam, por caminhos diferentes, à necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho. (GIULIANI, 2015, p. 645).

Além do movimento operário urbano, Giuliani expõe as contribuições dos movimentos das trabalhadoras rurais para se refletir sobre a interface “trabalho e condições de vida”. Principalmente em grupos religiosos ligados às pastorais, (mas também em grupos de resistência contra as expulsões dos moradores de fazendas) as mulheres rurais tomam a iniciativa de realizar esses encontros para a reflexão de determinados temas guiados pela leitura de textos religiosos, os quais são interpretados numa preocupação com as injustiças sociais sob a perspectiva da Teologia da Libertação. Essa corrente teológica também enfatiza a atuação da mulher como mãe e esposa, a ideia da “rainha do lar” que já foi comentada por este trabalho. É ela, então, que fortalece os vínculos familiares e que organiza o lar (GIULIANI, p.646).

A formação dos Clubes de Mães e os Grupos de Mulheres Trabalhadores são uma materialização dos movimentos para denunciar e reivindicar serviços coletivos municipais de qualidade. É a partir deles que se resultam abaixo-assinados, manifestações e encontros com autoridades políticas municipais, estaduais e nacionais. Dessa forma, é possibilitada “a articulação de dimensões da vida social e individual antes impensável: mulheres-saúde-cidadania” (GIULIANI, 2015, p. 647).

As mulheres têm contribuído para que algumas transformações importantes possam ser postas em prática: a politização do cotidiano doméstico; o fim do isolamento das mulheres no seio da família; a abertura de caminho para que se considere importante a reflexão coletiva; a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura sindical (GIULIANI, 2015, p. 649).

É possível compreender, portanto, que a Igreja também desempenha um papel de impulsionar o protagonismo feminino, evidenciando os espaços em que há a feminização do poder, porém, um papel que é apoiado sempre nos atributos e valores que são considerados “naturais” femininos através da história da cultura ocidental: o papel da mãe que educa, cuida, administra os afazeres e o orçamento doméstico, aquela que exerce um papel de liderança em tudo que é relacionado ao espaço doméstico, como educação, alimentação, saúde, bem-estar, ou seja, condições básicas de subsistência.

Sejam as trabalhadoras rurais, ou sejam as trabalhadoras urbanas, as mulheres colocam nas discussões políticas que o cotidiano doméstico e do trabalho são as bases para se rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder nos sindicatos. Essas pautas são introduzidas pelas entidades representativas dos trabalhadores, articulando o núcleo familiar, o trabalho e a militância, o que fortaleceu o debate social como um todo. Mesmo não tendo participado diretamente dos movimentos feministas que eclodem a partir de 1960, essas mulheres tratam dos estereótipos de feminilidade na esfera do trabalho, abordando assim dois núcleos que antes pertenciam a espaços sociais opostos, no qual “mulher” é antagônico de “trabalho”, ou melhor, de “ação” e de “espaço público” (GIULIANI, 2015).

3 PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA POR CIDADANIA: MARCOS BRASILEIROS

As primeiras feministas, no final do século XVIII, baseadas na aplicação para as mulheres do ideal de melhoria individual e educação do Humanismo Renascentista, começam já naquele momento a lutar pela cidadania e pela garantia de direitos fundamentais, “apostando no poder do Estado democrático como agente da melhoria da vida das mulheres, capaz de, com leis, reformar as relações familiares e ampliar a participação das mulheres na sociedade” (PINSKY, PEDRO, 2005)

A partir do final da década de 1970, as mulheres começaram a participar mais de grupos comunitários, devido ao surgimento dos movimentos sociais urbanos vinculados à Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base. Esse momento, chamado de “era da participação” por Gohn (1997), as levou para os campos de comissões jurídicas e políticas, atuando com o objetivo de melhorar as suas condições de vida e de suas comunidades nas grandes cidades. Essa participação revela um protagonismo feminino nas lutas pela cidadania. Participaram, por exemplo, em 1988 do processo de elaboração da Constituição, momento em que seus direitos foram ampliados, definidos e aprimorados (DEL PRIORE, 2014, p. 89). Aspecto importante para ser destacado por este trabalho é a atuação das mulheres das classes populares nas organizações comunitárias de bairro, inclusive um fenômeno interligado com o desenvolvimento dos movimentos de mulheres que iniciam e fundamentam a articulação e reflexão feminista no Brasil.

Moraes (2005) coloca que a percebida invisibilidade da mulher nas lutas históricas é muito mais um silêncio da historiografia do que uma ausência da participação das mulheres. Desde o século XIX, quando mulheres se organizaram em defesa do movimento abolicionista, integrando a Sociedade da Libertação e a Sociedade Redentora, elas estão presentes reivindicando cidadania não apenas para si mesmas através das abordagens feministas, na luta pela educação e pelo voto feminino, mas para todos aqueles que carecem ou têm os seus direitos violados no Brasil.

3.1 AS MULHERES NA LUTA CONTRA A CARESTIA

As ações sociais realizadas pelas mulheres que são as personagens desse trabalho possuem suas bases históricas, alguns momentos já explorados aqui anteriormente. Porém, a partir do final da década de 1940 que é possível compreender de forma aproximada a atuação pública de mulheres em busca de melhores condições para a população no contexto brasileiro. Um marco desse movimento é a luta pela carestia. Membros da elite da Associação das Mulheres de Santa Tereza, e mulheres da Federação das Mulheres do Brasil, muitas vinculadas ao Partido Comunista, encontram-se numa mesma reivindicação: o encarecimento do custo de vida e a carestia (PINTO, 2003, p. 44).

Esses movimentos encabeçados por mulheres se repetem de maneira similar a partir da década de 1970, período histórico importante em que se organizam os movimentos de luta pela Anistia, além dos movimentos por creches. As mulheres foram protagonistas nessa manifestação que foi uma das primeiras contra a ditadura militar, desembocando depois em outras organizações de mulheres (SOARES, 1994). Em 1973 foi criado em meio às lutas pela redemocratização do país o Movimento Custo de Vida, também conhecido como Movimento Contra a Carestia, considerando um dos maiores movimentos populares do período. O aumento crescente do Índice do Custo de Vida foi a reivindicação principal pelas chamadas “mães da periferia” da cidade de São Paulo, que fizeram a “inauguração” do movimento com o envio de uma primeira carta para as autoridades políticas, anexando uma pesquisa feita por elas mesmas que demonstrava o aumento do preço de alimentos de primeira necessidade entre outubro de 1972 e outubro de 1973. Posteriormente, a carta foi lida na Câmara Municipal de São Paulo e no Congresso Nacional.

O MCV exerceu ainda a função de movimento-receptáculo de vários outros movimentos cruciais que marcaram o período e teve papel fundamental no processo de “reocupação e repolitização do espaço público” (MONTEIRO, 2015, p. 13).

É um tipo de movimento que, segundo Pinto (2003), permanece até os anos 1970 “principalmente nos bairros pobres, onde as mulheres começam a lutar também por melhorias nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos

serviços públicos em geral” (p. 44), organizações essas apoiadas ou promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

3.2 AS MULHERES NA LUTA PELA ANISTIA E O DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL

No período em que eclodem os novos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos a partir de 1960, marcado por revolução de costumes nas questões de gênero, o Brasil vive um momento político polarizado entre os conservadores liberais junto com as Forças Armadas de um lado, e a esquerda de outro lado. O golpe militar de 1964 inaugura um regime de horror autoritário com inúmeras violações por repressões violentas, censuras, cassação de direitos políticos, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e exílio. Apesar de uma condição política adversa e um contexto contrastante com essas outras partes do mundo, desde 1970 o movimento feminista brasileiro se desenvolve (PINTO, 2003).

Nesse contexto, Moraes (2005) escreve que o movimento feminista contribui para uma “nova experiência de cidadania, forjada na prática da reivindicação na arena pública” (p.510). À parte do movimento social organizado, os movimentos de mulheres das classes médias e populares, inclusive anteriores a essa época, também colaboraram na luta pela cidadania, com a diferença de que não colocavam em pauta a opressão da mulher, mas utilizavam do “poder feminino”, dos papéis de mãe, dona de casa e esposa, para agir no espaço público (PINTO, 2003, p.43).

Além disso, as difíceis condições desse período requerem um “fazer político” para além dos mecanismos oficiais, o que impulsiona também o desenvolvimento de trabalhos comunitários, realizados nos bairros, apoiados novamente por setores progressistas da Igreja Católica e através das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais (MORAES, 2005, p. 510; SCHMINK, 1981; GIULIANI, 2015, p. 643), uma configuração que remete às organizações filantrópicas exploradas no capítulo anterior.

Na manifestação dos “vários feminismos possíveis” de Soares (1998) – em uma luta que se refere tanto à contestação ao regime militar, quanto ao fortalecimento das questões feministas –, é o movimento de mulheres em conjunto com o movimento feminista que se desenvolve a partir da década de 1970 que tomam a frente da luta pela Anistia aos perseguidos políticos, organizado no

Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado em 1975 pela ativista Therezinha Godoy Zerbini, esposa de um general que havia sofrido repressão. O movimento foi lançado no mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) proclama o Ano Internacional da Mulher, em busca de “igualdade, desenvolvimento e paz”. Therezinha participa do Congresso Internacional da Mulher no México e leva o “Manifesto da mulher brasileira em favor da anistia”, conseguindo colocar a reivindicação no documento final do encontro e chamar a atenção internacional para a problemática (DUARTE, 2009). Ela também viaja para diversas partes do Brasil, acompanha e apoia novos núcleos e concede diversas entrevistas para a promoção do movimento (RODEGHERO, 2009, p. 133).

Os vínculos familiares impulsionam essa luta, em reuniões em que participam mães, irmãs, esposas, namoradas, avós, que reclamam seus familiares em uma lógica que, pelo menos nos primeiros momentos, é menos política do que da ordem afetiva (JELIN, 1994 apud DUARTE, 2009). Mais uma vez, é por meio do papel tradicional de cuidadora do lar e da família que é protagonizado pelas mulheres um movimento político, uma vez que elas sentiram diretamente o impacto no convívio familiar do desaparecimento ou da prisão de seus parentes, sendo obrigadas a assumir outros papéis, principalmente no que se refere ao provimento do sustento familiar, ao mesmo tempo que buscavam respostas sobre seus filhos, maridos ou irmãos e lutavam contra condenações arbitrárias.

A luta começa de forma espontânea e depois de desenvolve em associações e entidades civis, até a fundação do MFPA em São Paulo, seguido pelos seus braços em outros estados brasileiros. O próprio registro do movimento em cartório revela essa característica que maquia a ação pública com uma “domesticidade”, uma entidade civil “isenta de fins políticos, religiosos e ideológicos ou lucrativos” (DUARTE, 2009). Percebe-se, no próprio texto do manifesto, a valorização dos papéis tidos como femininos, a união (que remete à esfera familiar) e o “espírito solidário da mulher”:

Nós mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história, procuramos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a Anistia Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos os quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da anistia,

tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da Nação! (ZERBINI, 1979, p. 27 *apud* DUARTE, 2009).

Em tempos de crise, como guerras e ditaduras, todos os aspectos sociais, políticos ou privados, ficam ameaçados. O núcleo familiar em risco é uma preocupação de primeira ordem para a mulher, que seus filhos, maridos, irmãos, ou seja, parentes masculinos, deslocados para tarefas que encaixam em seus papéis sociais de gênero, muitas vezes distanciando-os do lar. É nesse momento que a mulher se torna a “única” disponível para fazer a articulação do espaço privado com o público, saindo dos limites da casa quando adentra movimentos sociais de defesa coletiva. Agindo num espaço que não é “seu”, a mulher se coloca no espaço público através do “eterno feminino” como um instrumento de intervenção e visibilidade política. Assim, o gênero é usado ao seu favor (DUARTE, 2009)

O MFPA chama atenção das primeiras militantes feministas no Brasil por ser um movimento forte e liderado por mulheres. O jornal Brasil Mulher surge da aliança são feitas entre os dois movimentos, com a liderança da jornalista feminista Joana Lopes. Os temas do periódico tratam, além da luta pela anistia e dos passos do MFPA, da pobreza, da superexploração do trabalho, da desigualdade entre homens e mulheres, questões sociais como a prostituição e o trabalho fora do lar para as mulheres. Porém, uma confusão se inicia quando os meios começam a anunciar ou questionar Therezinha como uma líder feminista (DUARTE, 2009)

Durante sua estadia no México, Therezinha entra em contato com um movimento feminista que não é de seu agrado. Nos primeiros anos do MFPA, as falas da advogada se aproximam mais da missão feminina para com a nação, a reconciliação da família brasileira através da Anistia, as mulheres colaborando para a conquista da paz, no entendimento do país como uma grande família que estava desunida pelas discordâncias políticas. Dessa forma, seguir o discurso das feministas do Primeiro Mundo, dos Estados Unidos e da Europa, pareciam tirar o foco daquilo que realmente importava ao Brasil, na visão da ativista: “a garantia de pão, teto, educação, saúde etc.” (ZERBINI, 1979, *apud* RODEGHERO, 2009, p. 22). Em uma “contradição complementar”, essas demandas relacionadas à luta pela anistia revelam as primeiras necessidades humanas, ou seja, aquilo que está ligado

ao mundo doméstico, porém, que são reivindicadas por uma forte atuação pública e política por parte de diversas mulheres ao redor do território brasileiro.

O MFPA, ao ganhar força e incentivar a atuação de mulheres, acaba polarizado entre as primeiras militantes feministas que buscavam a igualdade de gênero, e aquelas simpatizantes da posição de Therezinha, que não consideravam o MFPA como um movimento feminista, mas como “uma luta de cidadania, da mulher cidadã. Não tem nada de feminista” (ZERBINI, 2006 apud DUARTE, 2009). As alianças do início do movimento tomam um rumo de divergências e inclusive embates entre os dois grupos.

Entretanto, é a partir dessas movimentações, entre 1975 e 1978, que o feminismo emerge com força no Brasil, em um esforço de dar visibilidade à mulher como agente histórico, político e social (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985, p. 6). Em oposição ao regime militar, movimentos de mulheres, feministas ou não, relacionam-se de forma complementar ou opositora, mas formulando o que servirá de base para uma nova concepção do lugar e o papel da mulher na sociedade. O feminismo que se inicia com os debates entre mulheres das camadas médias, aquelas que tiveram acesso à educação universitária e ao estilo de vida moderno, une forças com as participantes das associações de bairro das camadas mais pobres (que recebem apoio das pastorais inspiradas na Teologia da Libertação) em oposição ao regime militar, configurando o movimento de mulheres no Brasil. Apesar dos desacordos, e a constante oposição das feministas em relação à Igreja Católica, esses três grupos atuam juntos contra o regime autoritário, mas também criando alianças com o pensamento feminista que pautava as questões de gênero, ainda que certas discussões não atingissem, pelo menos naquele momento, a esfera pública e ficassem limitados a grupos de reflexão (SARTI, 2004, p.39).

3.3 A MULHER NO MOVIMENTO SOCIAL

A mulher, nas esferas do espaço público, utiliza do seu papel tradicional de gênero na sociedade como instrumento para de alguma forma legitimar sua ação, como pode ser analisado nas situações já abordadas pelo trabalho. Além disso, ressalta-se aqui a importância, assim como uma marca específica brasileira, do desenvolvimento dos movimentos sociais que se dão na esfera mais cotidiana, e, o que concerne a este trabalho, principalmente as organizações de bairro lideradas

por mulheres. Para Costa, Barroso e Sarti (1985), apesar da dificuldade em considerar como “feministas” os movimentos de mulheres a partir de 1970, em uma estranheza justificada uma vez que o se fazia aqui era muito diferente do feminismo europeu e estadunidense, o que acontece no país é sim uma expressão feminista, ainda que não se reconheça como tal.

No Brasil, o que se caracteriza como movimento social está baseado principalmente no cotidiano das periferias, em um chamado para o Estado realizar o seu papel de promotor do bem-estar social e que “têm como característica essencial o questionamento da ação estatal na distribuição dos equipamentos de consumo coletivo” (JACOBI, 1980 *apud* COSTA et al, 1985, p. 12-13). Destaca-se, portanto, a vinculação do protagonismo feminino nos movimentos sociais quando se tratam de demandas do dia a dia, do cuidado, do que pertence ao espaço doméstico, espaço e papel cultural da mulher. A respeito disso, Fernandes (1995) escreve:

Os movimentos sociais urbanos ocorreram sobretudo na esfera do bairro, território no qual a mulher tem amplos poderes. Questões como coleta de lixo, segurança das crianças, creche, escola e alimentação, que foram responsáveis por boa parte das mobilizações do período [anos 80], estão todas diretamente ligadas aos interesses e responsabilidade da mulher moradora de um bairro. A ocupação de terra, de terrenos ou de prédios combina os elementos da luta aos elementos da esfera doméstica e exige envolvimento inusitado da mulher. Na verdade, o componente feminino dos movimentos sociais foi dos mais significativos. (FERNANDES, 1995, p.37).

É justamente a partir do período da luta pela redemocratização que as mulheres se unem em diversas organizações, sejam mulheres trabalhadoras, grupos feministas, partidos, organizações sindicais, associações, para lutar também por melhores condições de vida, principalmente nas cidades, visto que nesses locais os níveis de espoliação e pobreza são evidentes. Destacam-se nesse contexto os movimentos populares e as associações de bairro nas periferias, os quais passam rapidamente a se aprimorar e ganhar maior representatividade nas “instâncias sindicais, na capacidade de mediação com o Estado e centralidade nas lutas econômicas” (GIULIANI, 2015, p.643).

Para Moraes (2005), as mulheres desempenham uma supremacia indiscutível nos movimentos comunitários, especialmente entre as populações mais pobres, constituindo um “importante canal de conscientização de direitos de

cidadania” (p. 512). A autora destaca, também, que essas mulheres possibilitam a experiência do orçamento participativo, pelo qual a comunidade pode ser ativa no processo de decisão sobre o destino de verbas públicas. A precarização das condições de vida nesses espaços é, portanto, a origem de uma geração de líderes comunitárias que surgem nas comunidades pobres, desenvolvendo figuras de relevante atuação política e social (MORAES, 2005, p. 512).

Para compreender de forma mais aprofundada quem são as mulheres perfiladas nesse projeto, esse estudo se apoia nas pesquisas desenvolvidas por Nilza Rogéria Nunes sobre a *mulher de favela* (NUNES, 2018). Trata-se de um sujeito político, coletivo e histórico, territorializado em espaços de segregação social, como as favelas, e que vem se constituindo principalmente a partir da década de 1990 no Rio de Janeiro. Apesar da pesquisa de Nunes se referir ao contexto carioca, as particularidades da mulher de favela são relevantes a esse estudo. A maior parte das características desse sujeito, constructo teórico proposto por Nunes (2018), se comprovaram na experiência jornalística desse projeto. Algumas das particularidades da mulher de favela serão brevemente apresentadas a seguir. Porém, não cabe a esse estudo aprofundar os outros fundamentos e conceitos que originam a pesquisa de Nunes, uma vez que a análise seguinte é suficiente para colaborar no embasamento do produto jornalístico *Mulheres da Vila*.

O primeiro ponto a se destacar é que a mulher de favela não é apenas uma moradora de espaços populares. Dentro do processo sócio-político de feminização do poder (FONSECA et al., 2008), a mulher de favela se destaca pela sua atuação política e social como gestora ou mediadora comunitária de maneira institucionalizada em alguma organização. Por desenvolver esse trabalho, é reconhecida como liderança comunitária pelos moradores, como uma pessoa que faz a diferença naquele espaço.

A mulher de favela desenvolveu habilidades e competências que levaram à criação de estratégias para a solução de problemas locais, buscando recursos e exigindo direitos junto às agências públicas. A luta dessa mulher é coletiva, impacta o cotidiano de todos os moradores daquele espaço popular. Além de braço forte da própria estrutura familiar, ela amplia a sua prole para toda a comunidade. De que forma ela faz isso?

A mulher de favela é movida pelo afeto, pela solidariedade, por um desejo incansável e permanente de mudança, de transformação de realidades injustas de exclusão social. Nunes (2018) coloca que a mulher de favela se constrói a partir de uma “consciência ‘de si’ e ‘para o outro’, a partir da solidariedade horizontal” (p.12). Assim, de alguma maneira, conclui-se que a mulher de favela recebeu algum tipo de formação anterior a sua prática de militância social. Esses momentos podem ter acontecido por meio da participação em organizações não-governamentais (ONGs), no movimento social, nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, e inclusive no ensino superior. O principal resultado dessa “qualificação” da luta, ou seja, da tomada de consciência política, é a transformação de práticas assistencialistas em práticas emancipadoras de resistência social.

Além disso, essa mulher transforma o comportamento feminino tradicional de subserviência e subalternidade para “uma mulher forte, resistente, desafiadora, sedutora, portadora de uma estética própria e muito provavelmente negra” (NUNES, 2018, p. 27).

A mulher de favela sabe o caminho das pedras da luta social: ela participa de conselhos de direitos, organizações de base, coletivos, movimentos sociais, diferentes instâncias de participação social. No cotidiano, por conhecer o objetivo de cada serviço público, sabe orientar a comunidade em cada demanda que surge, sabe onde denunciar ou exigir que algo seja realizado.

A sua atuação vem conquistando certa visibilidade por ocuparem espaços de poder que “fazem a diferença em suas vidas e na de outros moradores de seus territórios, da cidade e do país, e, por vezes, contribuem com reflexões em fóruns internacionais” (NUNES, 2018, p. 15). Atuando em rede, ela busca transcender sua luta do território da comunidade e fortalecer sua articulação com outras pessoas e instituições. Portanto, ainda que o objetivo da sua luta seja de transformação no território da favela, a militância é desterritorializada.

É a partir dessa atuação que elas fazem de suas comunidades um lugar de resistência não somente em relação à segregação social, mas também em relação à ordem urbana embasada na solidão e na negação do mundo comum. Nos espaços que proporcionam, promovendo a partilha e a relação com os outros em um momento que tem valor de ritual, essas mulheres conseguem transformar um

conjunto de indivíduos numa comunidade que se identifica, que se sente pertencente, como escreve Agier (2011):

Criações artísticas ou ações políticas podem, de maneira efêmera, pôr em relação indivíduos diferentes – e não apenas anônimos da multidão. Todos à procura de conexões e de associações que procurem existir contra o vazio de sentido e de relações que espreitam, como uma ameaça, qualquer habitante das cidades. A partir de encontros ritualizados, localizados, essas situações e as pessoas que são mobilizadas fazem, por conseguinte, viver a cidade a longo prazo ao mesmo tempo que fazem aparecer as comunidades de movimento (AGIER, 2011, p. 174).

Segundo o autor, é por meio desses momentos que se é possível fazer política do espaço da cidade. No curto momento ritual de identificação com a comunidade, em “momentos em que cada um sente que o seu cotidiano está em suspenso” (AGIER, 2011, p. 179), em que ocorrem as “conversações democráticas”, surge também um curto momento de política. Dessa forma, a atuação política das mulheres de vila não ocorre apenas porque lutam diretamente pelo funcionamento das políticas públicas de maneira adequada, mas também porque provocam o debate público nos espaços em que atuam, ainda que sejam na microesfera da comunidade, num espaço comum, nem privado e nem estranho (AGIER, 2011), como em festas, rodas de conversa, ou mesmo na porta do bazar beneficente.

Faz-se necessário que o reconhecimento da atuação transformadora dessa mulher seja amplo e não se limite aos espaços onde atuam. Como coloca Nunes (2018), é preciso espalhar a potência dessa mulher que “não coube nos livros, embora muito já tenha transformado na vida: *a mulher de favela*” (NUNES, 2018, p. 15).

Além de lutar por um coletivo, a luta da mulher de favela é plural em outro sentido: suas áreas de atuação envolvem as mais diversas demandas da comunidade, que, nesses espaços, são muitas, devido às políticas públicas que não dão conta de suprir todas elas:

Com muita autonomia, a mulher de favela vive da diversidade. Na favela, há toda sorte de diferenças, de pertenças e de projetos. Independentemente das diferenças de atuação em que se consolidam suas práticas, ela procura respeitar o outro, aceitando e/ou valorizando saberes e escolhas. Por isso, atua com direitos humanos, com cultura, com educação, com violência contra a mulher, com direito à cidade, junto à população LGBT, entre tantas outras temáticas (NUNES, 2018, p. 232).

A mulher de favela fez uma escolha de vida quando designa praticamente todo o seu tempo para a luta social e política em defesa dos espaços em que o poder público é omissos e ausente. Ela milita, inclusive, em detrimento dos momentos de lazer e convívio familiar (NUNES, 2018). Nos relatos das mulheres desse projeto, essa é uma situação que se repete em todas as histórias, com as falas: “acho que vivo mais para a comunidade do que para mim, para a minha família”. Mas elas reconhecem que, ainda que seja necessário renunciar certas coisas, estão lutando pelo bem de um todo, por uma família muito maior, que está na maioria das vezes desassistida: a população das favelas, das vilas, das comunidades pobres.

Compreende-se que as mulheres perfiladas no produto jornalístico desse estudo apresentam, se não todas, boa parte das características que fazem parte do sujeito político e coletivo da mulher de favela. As trajetórias das *mulheres da vila*, personagens do site jornalístico, são reconhecidas por suas comunidades por causa das suas atuações em prol da cidadania, em defesa e pela garantia dos direitos daqueles que moram nesses espaços em que faltam condições essenciais de vida digna.

4 TEORIAS PERTINENTES: JORNALISMO LITERÁRIO, JORNALISMO DE RESISTÊNCIA, JORNALISMO CIDADÃO E WEBJORNALISMO

Esse capítulo abordará as teorias e os gêneros jornalísticos que embasam o produto desse estudo. Os conteúdos do site *Mulheres da Vila* se encaixam nas características dos chamados jornalismo literário, jornalismo de resistência, jornalismo cidadão e webjornalismo ou jornalismo digital.

4.1 JORNALISMO LITERÁRIO

O Jornalismo Literário é considerado um gênero jornalístico que utiliza as técnicas de escrita e a liberdade de estilo das narrativas literárias para informar sobre situações da realidade, a partir de formatos que quebram com a lógica de estruturas e padrões tradicionais do jornalismo, como a objetividade, a neutralidade e a utilização do lide. Dessa forma, o jornalismo consegue escrever uma reportagem sobre um fato, contexto ou pessoa com maior profundidade e de forma mais ampla, utilizando de recursos literários. O resultando é um texto mais complexo e envolvente e que conta com descrições, minúcias, subjetividades.

Ressalta-se que pesquisadores se empenharam em diferentes conceituações do Jornalismo Literário, mas que o objetivo desse trabalho é o de demonstrar uma conceituação geral que permita o entendimento das principais características desse gênero, principalmente em meio digital. Além disso, coloca-se a necessidade de perceber de que forma esse gênero pode qualificar o produto jornalístico sustentado por esse documento monográfico. Ainda, não convém apresentar o histórico do Jornalismo Literário, mesmo que ele tenha sido consultado para uma melhor compreensão do tema (PENA, 2006; LIMA, 2009; MARTINEZ, 2006).

Para Pena (2006), o Jornalismo Literário se manifesta não somente como uma alternativa das amarras da redação, que impede o emprego de uma série de recursos estilísticos e estéticos, mas também como uma maneira de...

...”potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead,

evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos” (PENA, 2006, p.13).

O jornalismo literário, ao incorporar elementos da prática literária, transforma-os e adapta-os para o fim jornalístico de informar, explicar e orientar com clareza, simplicidade e precisão, e enriquece sua expressão com o sabor literário (LIMA, 2009). Para isso, com o objetivo de proporcionar experiências prazerosas de leitura, esse gênero constrói seus cenários embasado na tradição milenar de transmissão de saberes e informações da contação de histórias. “Como produz textos escritos, procura dar a esses seus produtos uma qualidade literária, entendida como uma organização textual eficiente, do ponto de vista de comunicação, atraente, do ponto de vista estético” (LIMA, 2010, p. 19).

Para Borges (2013), o jornalismo literário é um discurso autônomo. Jornalismo e literatura podem ter formações discursivas muito diferentes, mas não excludentes. O autor propõe que, apesar de ainda ter um objetivo informativo e buscar a precisão no ato de noticiar o mundo, “o Jornalismo Literário não pode ser visto a partir da mesma lente do jornalismo, assim como não pode ser encarado como se fosse um discurso autêntico ao literário” (BORGES, 2013, p. 192)

A fim de sistematizar todas as possíveis características do jornalismo literário, Edvaldo Pereira Lima, uma das principais referências na área, adiciona ao seu livro *Páginas Ampliadas* (2009) um capítulo que se debruça em descrever os dez traços do gênero, que se alimentam e se reforçam entre si para dar origem à modalidade. São eles: Exatidão e precisão; Contar uma história; Humanização; Compreensão; Universalização temática; Estilo próprio e voz autoral; Imersão; Simbolismo; Criatividade; Responsabilidade ética.

De forma breve, a conceituação de Lima (2009) coloca que o Jornalismo Literário depende de um jornalista que mergulhe na realidade para apurar criteriosamente os fatos, a fim de contar uma história em que os personagens são tratados com cuidado, demonstrando suas virtudes e fraquezas, grandezas e limitações. O real é compreendido de forma ampla, em diversas perspectivas, interligando dados e mostrando sentidos, fazendo com que o leitor perceba a sua vida naquilo que está lendo. A narrativa ainda será apresentada com estilo próprio e com a presença do autor, de forma a contar com representações simbólicas e

criativas das ações, cenários e personagens reais. Por fim, o Jornalismo Literário tem compromisso com a realidade.

Além das características propostas por Lima, considera-se também a definição da “estrela de sete pontas”, apresentada por Pena (2006). A primeira ponta da estrela, “potencializar os recursos do jornalismo”, estabelece que as técnicas jornalísticas - como a apuração rigorosa, a observação atenta e a abordagem ética - não são deixadas de lado nesse gênero, mas desenvolvidas de uma nova maneira.

Na segunda ponta, rompe-se com a periodicidade e a atualidade do jornalismo cotidiano contemporâneo, ou seja, retira-se a preocupação com o prazo de entrega e com a novidade, para se preocupar com a visão ampla da realidade, considerada a terceira ponta. Ela proporciona a contextualização abrangente da informação.

A quarta ponta diz respeito ao exercício da cidadania, considerado por Pena um compromisso com a sociedade. Nessa característica, o jornalismo deve pensar em como sua abordagem pode contribuir para o bem comum e para a solidariedade.

Já a quinta ponta rompe com o lide jornalístico, adicionando criatividade, elegância e estilo ao texto. “É preciso, então, fugir dessa fórmula e aplicar técnicas literárias de construção narrativa” (PENA, 2006, p.15). Para também transpor o jornalismo diário tradicional, a sexta ponta da estrela evita os definidores primários, ou seja, fontes oficiais. É preciso, portanto, ouvir os cidadãos comuns e a fonte “anônima”, buscando pontos de vista pouco ou nunca trabalhados.

Por último, o jornalismo literário é perene, atravessa os diferentes contextos históricos carregando sentido.

Considerando todas as características anteriormente apresentadas, o perfil é o formato narrativo do jornalismo literário escolhido para esse projeto. Ele é um texto biográfico que trata sobre um recorte da história de vida de alguma única pessoa famosa ou anônima, e que “atém-se à individualidade, mas não se restringe ao individualismo anedótico, folclórico, idiossincrático” (VILLAS-BOAS, 2014, p. 272). Quando se fala sobre alguma personagem anônima, ela tende a representar

um grupo social devido às suas características e trajetória de vida, personificando a realidade de todo o grupo (LIMA, 2009). No caso desse projeto Mulheres da Vila, cada mulher perfilada passa, de alguma maneira, a representar o grupo de mulheres de favela (enquanto mulheres que são sujeitos políticos que lutam por suas comunidades, como já apresentado nesse documento) do Brasil.

O perfil se concentra apenas sobre alguns aspectos da vida da personagem central, diferente da biografia, outro gênero jornalístico literário. É um texto que se caracteriza pela sua narratividade bem estruturada e predominantemente reflexiva, além da sua durabilidade, uma vez que conserva seu interesse mesmo o perfilado² tenha mudado com o tempo suas opiniões, conceitos, atitudes e estilo de vida (VILLAS-BOAS, 2014).

No momento de escolher quem será perfilado, é preciso se atentar às pessoas que se destacam na sociedade por conta de suas atitudes ou pensamentos, mesmo que não sejam reconhecidas pela mídia ou que não tenham experienciado situações “grandiosas” em suas vidas.

Nas biografias, que são histórias de vida como o perfil, Villas-Boas (2008) ressalta que a maioria delas busca realçar diversas qualidades “supostamente inatas, que expliquem o herói vitorioso” (VILLAS-BOAS, 2008, p. 88). Dessa forma, a trajetória complexa do personagem, com erros, evoluções e involuções, não fica exposta, em detrimento de uma narrativa reta e ascendente. É o que o autor chama de “fatalismo”, um dos pontos críticos necessários para se refletir sobre as escritas de vida. Por exemplo, nesse projeto serão apresentados os perfis de mulheres que são líderes comunitárias e que possuem reconhecimento por seus feitos dentro das comunidades. Porém, suas histórias não podem refletir apenas as suas vitórias, mas também os seus desafios, seus lados sombrios, as suas fraquezas.

Destaca-se também que a narrativa do perfil é de responsabilidade do autor, e não do personagem central. Por isso, a interação autor-personagem é indispensável para a produção do texto e requer disponibilidade do jornalista para esses encontros. Além disso, um bom perfil não se faz apenas com uma entrevista,

² Villas-Boas (2014) evita a palavra perfilado e utiliza o termo “personagem central”. Nesse estudo, as duas palavras são empregadas com valores equivalentes.

mas com pesquisas, conversas, observações e reflexões que estão ao alcance. “Você tem de pesquisar os contextos socioculturais da pessoa; conversar com ela e com as pessoas de seu círculo de relacionamentos; movimentar-se com ela por locais diversos; tem de observar as linguagens verbais e não verbais” (VILLAS-BOAS, 2014, p. 274). Dessa maneira, considera-se aqui a entrevista com o propósito de compreensão (sem predeterminações sobre a entrevistada) e a observação participante como formas de captação para a produção dos textos, as quais colaboram na busca de um conhecimento aprofundado da vida das perfiladas do Mulheres da Vila (LIMA, 2009).

A observação participante está diretamente relacionada com as sugestões de Villas-Boas (2014) para a elaboração de um bom perfil, uma vez que o jornalista precisa mergulhar na realidade de seu personagem:

Em vez de formular hipóteses, entro no mundo da pessoa sem preconceito, suposições ou teses; tento conhecer algumas de suas facetas (carreira, família, sociabilidades, *hobbies*, etc.); vou aos lugares que ela frequenta; capto sua visão de mundo e suas marcas de temperamento; e não idealizo ninguém, jamais (VILLAS-BOAS, 2014, p. 275).

Esse formato não busca tratar quase a totalidade da trajetória de vida de alguém, mas apresenta um equilíbrio entre passado e presente. Além disso, diz respeito a um momento no tempo, o instante singular, espontâneo e decisivo em que o autor e o personagem se encontram num espaço. Sobre isso, Villas-Boas (2014) sugere que o autor se atente a quatro processos fundamentais que permeiam o perfil: os espaços de encontro com o protagonista, que ampliam as percepções sobre o seu estilo de vida; os tempos da trajetória do perfilado, que está contido no lembrado e no vivido (no encontro com o autor); as circunstâncias, que englobam as situações imponderáveis; e os relacionamentos, que geram imagens, possibilitam *insights* e definem o que é próprio do personagem.

Como a produção de um perfil é também um processo criativo, Villas-Boas (2014) atenta para a sua multidimensionalidade, que combina “memória, conhecimento, fantasias, sínteses e sentimentos, cinco elementos imprescindíveis ao trabalho autoral” (VILLAS-BOAS, 2014, p. 281). Ainda, o autor destaca a importância da postura aberta do jornalista frente à curiosidade e à surpresa, permitindo assim o envolvimento com a produção.

Para Hohlfeldt (2015), a elaboração das narrativas biográficas se baseia em duas etapas essenciais e interligadas. A primeira consiste na coleta de informações factuais sobre a trajetória da personagem, como as suas ações, lugares por onde andou, pensamentos, palavras, relações. Já a segunda etapa, trata-se de criar uma relação imaginária entre o biógrafo e o biografando, uma vez que ambos estão se movimentando em um mesmo período no tempo, na história.

Hohlfeldt (2015) também aponta para dois procedimentos que se destacam na produção de narrativas biográficas: o eleger e o interpretar. Eles estão ligados com a característica de que o narrar biográfico é sempre um recorte da trajetória de alguém. Os fatos a serem narrados serão escolhidos pelo autor, fazendo com que seja possível dar-lhes sentido e possibilitando a compreensibilidade e significação do leitor.

Como sugere Martinez (2008), apoiada em Edvaldo Pereira Lima, outra estratégia de elaboração de uma história de vida, nesse caso um perfil, pode se apoiar na estrutura narrativa da Jornada do Herói, idealizada por Joseph Campbell e usada na elaboração de roteiros cinematográficos nos Estados Unidos. A partir da relação entre a biografia humana e a Jornada do Herói, supõe-se que seja possível uma “produção de relatos envolventes, que satisfaçam tanto aos autores de narrativas, pela qualidade, quanto aos leitores, pela profundidade e fruição do texto” (MARTINEZ, 2008, p. 20).

Os perfis também cumprem um papel de gerar empatia no leitor, a preocupação com a experiência daquela pessoa e a tentativa de se colocar na pele do outro para sentir ou pensar o que ele sentiria e pensaria em determinada situação. Esses textos, quando tratam de temas universais da existência, como vitória e derrota, expectativa e frustração, amor e separação, ficam atraentes e intensificam a humanização, e, por consequência, a empatia. (VILLAS-BOAS, 2014).

Humanizar, no perfil, também é fugir da idealização sobre a personagem, evitando maniqueísmos. “Uma pessoa não é isto ou aquilo. Ela é isto, aquilo, aquilo outro e mais um milhão de istos e aqueles totalmente imprevistos” (VILLAS-BOAS, 2014, p. 275). Dessa maneira, é essencial que o autor entre no universo da pessoa

perfilada sem prejulgamentos ou suposições. Essa atuação envolve, também, abordar diferentes e inclusive contraditórios aspectos sobre aquela pessoa, sejam eles considerados como “defeitos” ou “qualidades”. O perfil é um “texto que retrata um indivíduo como em uma arqueologia psicológica que vai escavando e trazendo à tona seus valores, suas motivações, talvez seus receios, seus lados luminosos e suas facetas sombrias (...)” (LIMA, 2009, p.427).

4.2 JORNALISMO DE RESISTÊNCIA E JORNALISMO CIDADÃO

O jornalismo tem a função aparente de informar, explicar e orientar, como já foi mencionado. O que proporciona essa função é a ocorrência social, na qual o jornalismo se empenha em manter o público informado sobre os acontecimentos, possibilitando que as pessoas se orientem com independência em sociedade. Há também as funções adjacentes como a função econômica, a ideológica, a educativa, a social (LIMA, 2009). O jornalismo tem, portanto, uma obrigação com a cidadania e ajuda a definir e promover a compreensão das comunidades, servindo aos seus interesses por meio da informação. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003).

O conteúdo do site Mulheres da Vila também pode ser enquadrado no que é chamado de jornalismo de resistência, que “consiste na aplicação prática de preceitos ligados à função social da profissão”, capaz de participar da transformação da realidade (PENA, 2007, p. 168). Alguns desses preceitos são a obrigação primeira com a verdade, a lealdade com os cidadãos, a checagem, apresentar um fórum para a crítica pública e o compromisso, funcionar como um monitor independente do poder, entre outros (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003). Assim, esses procedimentos, que os jornalistas devem saber e o público exigir, conversam de maneira próxima com aqueles que norteiam o jornalismo de resistência (PENA, 2007).

Uma alternativa para se aproximar do jornalismo de resistência é o desenvolvimento de um “novo jornalismo”, pensando a partir de um movimento que emergiu nos Estados Unidos no fim dos anos 1980 devido às críticas que receberam os meios de comunicação em relação a cobertura noticiosa de processos eleitorais (PENA, 2007). Esse novo jornalismo, que possui variados teóricos, adquire também diversos nomes, como o jornalismo comunitário, o jornalismo de serviço público e o

jornalismo cívico. A análise a seguir é baseada na antologia de Traquina e Mesquita (2003), que reúne as principais linhas mestras do movimento que chamam de jornalismo cívico. Como se trata de jornalismo centrado na lealdade com o cidadão, toma-se a liberdade de utilizar aqui a nomenclatura “jornalismo cidadão”, uma vez que a palavra “cívico” remete também a um sentimento patriótico e à segurança pública, noções que não são interessantes para o sentido que se pretende abordar nesse documento monográfico.

Para apresentar as características que guiam o jornalismo cidadão, Traquina e Mesquita se baseiam no jornalista Davis Merritt e no acadêmico Jay Rosen, principal teórico sobre o tema. Segundo Merritt, o jornalismo não tem cumprido as suas obrigações que contribuem para uma vida pública efetiva e, por isso, é preciso realizar mudanças:

1) ir para além da missão de dar às notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores, mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos (TRAQUINA, MESQUITA, 2003, p. 13)

A fim de tornar o jornalismo um instrumento que encoraje a participação cidadã na vida pública, servindo portanto como uma possível solução ou ao menos como contribuinte para a compreensão dos problemas da democracia, Rosen também partilha da ideia de que o jornalismo deve realizar bem as ligações, principalmente aquela entre o jornalista e os cidadãos: “o jornalismo público tem êxito quando fortalece a capacidade da comunidade política em se compreender a si mesma, de saber dialogar e fazer escolhas” (ROSEN, 2003, p.55). Ainda, o jornalista cidadão é considerado um agente político, porque se junta à criação de uma comunidade bem articulada.

Assim como o jornalismo literário, o jornalismo cidadão também rompe com a objetividade, uma vez que ela pode levar a enquadramentos que apresentam o mundo de uma maneira “viciada”, privilegiando lados extremos e fazendo separações entre fatos e valores, informações e opiniões. Além disso, considera-se no jornalismo cidadão que a objetividade enquanto teoria para se chegar à verdade

já está intelectualmente esgotada, assim como entra em conflito com a atividade básica do jornalismo de “contar histórias” (ROSEN, 2003).

Outro definidor do jornalismo cidadão que se aproxima do jornalismo literário é o desejo de abordar cada tema com maior atenção. Assim, é interessante “aprofundar as matérias relevantes de modo a focar nelas a atenção da comunidade. Só assim os cidadãos poderiam deliberar com conhecimento de causa sobre as principais questões da vida comunitária” (MESQUITA, 2003, p.19). Dessa maneira, o jornalismo cidadão se concentra nas questões sociais que afetam diretamente a vida das pessoas, possibilitando caminhos para a resolução dos principais problemas da comunidade.

4.3 A RELAÇÃO DO WEBJORNALISMO COM O JORNALISMO CIDADÃO E LITERÁRIO

Para que o jornalismo pudesse estar no mesmo nível da literatura em relação à qualidade narrativa, Lima (2009) coloca que seria necessário “sofisticar seu instrumental de expressão, de um lado, e elevar seu potencial de captação do real, de outro” (p.191). Na busca de qualificar o instrumental de expressão, assim como se adequar aos novos recursos jornalísticos possibilitados pela tecnologia, esse projeto optou pela combinação do texto do jornalismo literário junto ao uso de diferentes mídias em espaço digital, resultando em um site multimídia com conteúdo jornalístico. A produção também centra o seu conteúdo no reforço da cidadania, relacionando-se assim com o jornalismo cidadão. Estabelece-se a seguir algumas relações entre o webjornalismo e os outros gêneros anteriormente apresentados.

Após a inegável explosão do uso comercial da World Wide Web (WWW, ou web) na década de 1990, os jornais se empenharam em transformar as possíveis ameaças da tecnologia em oportunidades de criação para um novo jornalismo em ambiente digital, incorporando inovações capazes de romper com padrões que eram bem consolidados (ALVES, 2006). Uma das principais mudanças é a posição que ocupa o receptor em relação aos meios e às mensagens, que agora se desloca de uma posição passiva para uma posição ativa, na qual ele controla o que consome e inclusive participa da construção da informação (ALVES, 2006; JENKINS, 2015; EDO, 2007).

Diferente do primeiro modelo de jornalismo digital, que reproduzia o modelo do impresso, da televisão e da rádio e apenas transportava as mesmas organizações para o ciberespaço, atualmente os meios se esforçam cada vez mais numa consolidação de um jornalismo com linguagem própria para ser veiculado na internet, a partir da integração de diversos recursos como texto, som, imagem, vídeos, infográficos, hiperlinks. É nessa fase, chamada de modelo multimídia por Cabrera Gonzalez, que o jornalismo é capaz de tirar proveito máximo das características do meio (CANAVILHAS, 2006). Alargando essa sistematização de Cabrera Gonzalez, Canavilhas (2006) propõe também a fase do ciberjornalismo ou webjornalismo, na qual “as notícias passam a ser produzidas com recurso a uma linguagem constituída por palavras, sons, vídeos, infografias e hiperligações, tudo combinado para que o utilizador possa escolher o seu próprio percurso de leitura” (CANAVILHAS, 2006, p. 2).

Diferentes nomenclaturas têm sido utilizadas para designar o jornalismo que é produzido para a web, podendo chamar-se de ciberjornalismo, jornalismo eletrônico, jornalismo online, jornalismo digital, jornalismo hipertextual (MIELNICZUK, 2001). As possíveis diferenciações teóricas entre as expressões não serão abordadas nesse documento, afinal a proposta de abordar o webjornalismo é de compreender de que forma ele pode potencializar as características do jornalismo literário, do jornalismo cidadão e do jornalismo de resistência.

Como projetos de jornalismo cidadão e de resistência rompem com o modelo comercial de jornalismo, o ambiente digital é uma alternativa de baixo custo que recebe esse tipo de fazer jornalístico (PENA, 2007).

Segundo os dados do Digital News Report de 2019 (Relatório de Notícias Digitais), do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo da Universidade de Oxford no Reino Unido, o online e a televisão são as principais formas de acesso a notícias pelos brasileiros. Destaca-se que nessa pesquisa se constatou que o aparelho mais utilizado para acesso ao jornalismo online foi o celular, ultrapassando o uso dos computadores. A partir desse dado, é possível fazer uma relação entre os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua sobre Tecnologia da Comunicação e da Informação - TIC (IBGE, 2017). A pesquisa revela que 74,9% dos domicílios possuíam acesso à internet em 2017 e que 97% deles

usavam o telefone como meio de conexão. Assim, o formato proposto para a veiculação do Mulheres da Vila também responde à proposta do jornalismo cidadão, uma vez que grande parte dos domicílios brasileiros contam com um celular com acesso à internet. Além disso, a capilaridade da informação é maior, possibilitando o compartilhamento fácil através da web e promovendo maior debate público sobre o tema.

A internet também promove maior participação no processo comunicacional, o que colabora para um produto jornalístico mais democrático, assim como busca o jornalismo cidadão. Os conteúdos que circulam por diferentes sistemas de mídia dependem da participação dos consumidores, como expõe Jenkins (2015) ao descrever de que forma a Cultura da Convergência (que se refere aos fluxos de conteúdos que percorrem múltiplas plataformas de mídia e às transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais decorrentes desse processo) necessita de uma cultura participativa:

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. (JENKINS, 2015, p.4).

Além do potencial democrático que o jornalismo pode ter na internet, outro aspecto a ser considerado é que o jornalismo público de Rosen (2003) é colocado como uma resposta a um dos “alarmes” que os meios jornalísticos escutam hoje, o alarme tecnológico.

A tecnologia cria novas formas de ligação. Estas novas formas não se somam automaticamente à capacidade da comunidade se compreender a si mesma e de resolver seus problemas. No entanto, o potencial está lá. O jornalismo público investiga esse potencial (ROSEN, 2003, p. 55).

Uma vez que o leitor tem maior liberdade de trânsito na mensagem online do que na mensagem de mídias tradicionais (impresso, televisão e rádio), é preciso levar em conta também que o *layout* das páginas precisa facilitar os percursos e permitir que o público possa escolher com facilidade quais caminhos irá tomar. A navegação e a visualização precisam estar dispostas de maneira a beneficiar o leitor, promover a participação e maior envolvimento naquela mensagem específica:

Es necesario descubrir para cada acontecimiento una presentación realista y rigurosa en los contenidos pero imaginativa en la propuesta, que permita leer-ver-escuchar-participar de forma completa o parcial sin que se pierda el sentido del relato y que permita volver al principio, al nivel anterior o al siguiente sin ningún tipo de dificultades (EDO, 2007, p. 9).

Assim, compreende-se que uma outra característica do webjornalismo é a interatividade, enquanto uma gradual de capacidade de expressão utilizada pelos meios a fim de dar maior poder aos usuários quanto à seleção de conteúdos e à comunicação com os meios ou com outros usuários. No caso desse projeto, a interatividade com o utilizador que está disponível é aquela referente à liberdade de escolha dos trajetos de navegação, recuperação e leitura entre os conteúdos dispostos no site (interatividade seletiva) (ROST, 2014). Há também um espaço para contato, que permite a interação direta entre o leitor e a responsável pelos conteúdos e que pode servir para a sugestão de novas personagens para o projeto.

No site jornalístico Mulheres da Vila, pretende-se aliar as possibilidades do jornalismo digital com a intenção do jornalismo literário de “despertar a visão, a audição, o olfato, o tato, o paladar do leitor” (LIMA, 2010, p.16). A própria característica de multimídia na internet - ou seja, a utilização de conjunta de diferentes linguagens e formatos na transmissão de uma única informação - colabora para “informar com os cinco sentidos”, podendo abarcar os formatos de texto, fotografia, iconografia e ilustração, gráficos, vídeos, animação digital, discurso oral, música e efeitos sonoros, e vibração (SALAVERRÍA, 2014).

A fim de ordenar os elementos que compõem a mensagem de forma interligada e organizada, proporcionando uma informação multimídia que seja atrativa e inteligível para o público, Salaverría (2014) propõe seis critérios de composição: 1) compatibilidade, 2) complementaridade, 3) ausência de redundância, 4) hierarquização, 5) ponderação e 6) adaptação. Alguns deles foram utilizados no site Mulheres da Vila, como será exposto no Capítulo 7 (projeto do site) desse documento monográfico.

Ainda que pareça contraditório, a internet tem recebido textos jornalísticos mais longos e aprofundados, como grandes reportagens multimídias no estilo *longform*. Longhi e Winkes (2015), ao analisar esse fenômeno, percebem que alguns autores justificam a consolidação da narrativa mais longa no jornalismo online pela disseminação dos dispositivos móveis.

Se a falta de credibilidade incomoda os profissionais do movimento do jornalismo cidadão, alegando que o jornalismo teria se tornado superficial para servir ao mercado, o *longform* se apresenta como uma possibilidade de resgatar a qualidade, a contextualização e a apuração de um jornalismo mais preocupado com o “mergulho” na pauta, como faz também o jornalismo literário. O *longform*, inclusive, adquiriu um mercado próprio na internet (LONGHI, WINQUES, 2015).

No contexto brasileiro, é possível citar alguns exemplos de meios que estão investindo em reportagens mais longas e até enquadradas no jornalismo literário. A Folha de São Paulo se destaca com textos jornalísticos de fôlego e com estilo literário na sua série de reportagens *Tudo Sobre*, que também faz o uso integrado de multimídia, como infográficos, vídeos, fotos e até games, como o Folhacóptero presente na reportagem “A Batalha de Belo Monte”, que faz com que o usuário sobrevoe a usina e entenda mais sobre o então projeto.

Outro exemplo de jornalismo adaptado para a web e com matérias aprofundadas é o UOL Tab, projeto editorial interativo com abordagem criativa e conteúdos dinâmicos. Percebe-se que apesar da grande quantidade de texto, a plataforma mescla o conteúdo escrito com conteúdo visual e/ou interativo, de modo a não cansar o leitor e envolvê-lo na temática.

Em relação ao jornalismo online e literário, outro exemplo que pode ser mencionado são as produções da premiada jornalista Eliane Brum, publicadas em sua coluna no El País Brasil. Apesar de não utilizar recursos multimídias, a grande maioria dos seus artigos são longos e alguns possuem características do jornalismo literário, como as crônicas e os perfis.

5 METODOLOGIA

O projeto Mulheres da Vila foi construído a partir de uma série de reflexões incitadas por conversas com mulheres que trabalharam com outras mulheres líderes em comunidades (nem todas citadas no produto jornalístico), prospecção de possíveis personagens e fontes especialistas, pesquisa bibliográfica, diversas entrevistas em profundidade e momentos de observação participante com as perfiladas do projeto, idas às comunidades em que atuam essas mulheres, e entrevistas com especialistas. Segue uma síntese da metodologia utilizada na trajetória desse projeto.

1. Levantamento e seleção de bibliografia. Para o documento monográfico, que apresenta de maneira organizada a fundamentação teórica que embasa a produção jornalística, foi feita uma Pesquisa Bibliográfica (STUMPF, 2005) de obras que tratassem sobre o papel e o lugar da mulher na história, a fim de compreender de que forma é estabelecida a relação entre o gênero e o poder na sociedade ocidental. Depois, foram selecionados títulos que abordassem as principais posições de poder feminizadas com o passar do tempo, e de que maneira esse percurso pode estar ligado com o fenômeno da participação feminina em movimentos sociais, e especialmente com a atuação de mulheres na luta política e social em prol de suas comunidades vulneráveis. No momento de buscar os referenciais teóricos, foram encontradas as pesquisas sobre Feminização do Poder de Denise Fonseca, Daniela Santos Machado Pagnocelli, Monique Lomeu Magalhães, e sobre a Mulher de Favela de Nilza Rogéria Nunes. Ainda, para justificar a escolha dos gêneros do produto, foram selecionadas bibliografias sobre jornalismo cívico (cidadão), jornalismo de resistência, jornalismo literário e jornalismo digital (webjornalismo). A seleção das obras utilizadas se deu a partir das indicações do professor orientador desse trabalho e de pesquisas próprias.

2. Conversas iniciais sobre a temática, prospecção de personagens e fontes. A procura pelas personagens que iniciariam o projeto Mulheres da Vila, assim como as primeiras conversas relacionadas ao tema, ocorreram através de mulheres que tiveram ou tem um contato próximo com moradoras de comunidades e com movimentos sociais de Curitiba. Foram realizadas conversas com Giovana Kucaniz, assistente social do Ministério Público do Paraná; Michele Bravos, jornalista idealizadora do Instituto Aurora; Célia Raquel Gomes, jornalista que

trabalhou por 30 anos na Secretaria Municipal de Habitação de Curitiba; Franciele Petry Schramm, também jornalista que trabalhou no Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria); Jussara Gouveia, militante de movimentos sociais e Conselheira Tutelar na época da conversa; Rosângela Gomes dos Santos, assistente social que trabalhou na Companhia de Habitação Popular de Curitiba e na Fundação de Assistência Social, além de ter realizado uma dissertação sobre a titularidade de mulheres e a Política de Habitação em Curitiba. As conversas - que algumas se transformaram em entrevistas que compõem a reportagem de abertura do site - foram de extrema relevância para a compreensão da temática abordada, principalmente sob a perspectiva da realidade que enfrentam essas líderes comunitárias em seu cotidiano, suas atuações e desafios. Além das indicações de fontes das mulheres já citadas, houve sugestões por parte de amigos e do professor orientador desse trabalho, José Carlos Fernandes. A escolha das quatro primeiras personagens, seguindo o número de perfis proposto para a apresentação do trabalho, se deu de acordo com a comprovação das suas lideranças na comunidade e suas localizações em diferentes regionais de Curitiba, a ver: Andréia de Lima da Vila Parolin, na regional Portão; Gessi Borrher da Vila Jardim União, na regional Cajuru; Maurina Carvalho da Silva da Vila das Torres, na regional Matriz; Vera Lúcia Peres das Moradias 23 de Agosto, na regional Bairro Novo. Dessa forma, é possível demonstrar que o fenômeno de mulheres que são líderes em comunidades vulneráveis não se restringe a apenas uma região da cidade.

3. Definição de público-alvo. Visto a temática dos perfis, o público-alvo prioritário do site *Mulheres da Vila* são pessoas ligadas aos movimentos sociais e a organizações da sociedade civil, além de professores, docentes e pesquisadores interessados na pauta de gênero e poder e dos direitos humanos. Para se ter uma noção da dimensão da população que faz parte de entidades de organização da sociedade civil apenas na capital paranaense, segundo a pesquisa A regional desejada, feita pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2005), há cerca de 857 associações (entre beneficentes, de moradores, recreativas e de terceira idade), conselhos, Associações de Pais, Mestres e Professores, ONGs, e outras entidades comunitárias na cidade de Curitiba.

4. Escolha de recursos multimídia. Além dos textos dos perfis, a proposta de fazer um site jornalístico sobre a história dessas mulheres conta com recursos multimídia, próprios do jornalismo digital. Foram pensados vídeos, áudios, fotos e textos para compor cada perfil, além de uma reportagem de abertura e vídeo principal do site. Nessa etapa foram seguidos os critérios de Salaverría (2014) para a combinação de linguagens e formatos a fim de transmitir uma única mensagem de modo eficiente. O primeiro norteador do autor é a compatibilidade, que atenta para a necessidade de considerar que certos formatos são compatíveis com outros. Por exemplo, é difícil ler um texto e escutando um discurso ao mesmo tempo. Nesse projeto, a compatibilidade se dá através da complementariedade entre textos, vídeos, áudios, fotografias e infográficos. No critério de complementariedade de aplicação multimídia, pensou-se também no equilíbrio da quantidade de informação de cada formato, colocando maior extensão nos textos e menor nos vídeos e áudios, que servem também para quebrar a fadiga que pode ser causada por uma longa leitura. Além disso, cada formato continua ou reforça um aspecto da história, sem promover redundâncias, outro critério proposto por Salaverría (2014). Utilizou-se também do critério de hierarquização, que explica que algumas mensagens são melhor transmitidas em um formato do que em outro. Nesse caso, vídeos foram aplicados principalmente nas falas mais sensíveis e mais impactantes das personagens, além daquelas que contavam algum momento específico, proporcionando assim que fossem gerados envolvimento e empatia no leitor a partir do relato da própria personagem (VILLAS-BOAS, 2014).

4. Entrevistas e observação participante: Os primeiros encontros com as personagens não contaram com um roteiro de perguntas fixo, ou seja, foram realizadas entrevistas jornalísticas abertas. O principal objetivo do primeiro contato era o de compreender um pouco mais sobre a atuação da personagem e como a sua história de vida poderia ou não estar relacionada com os seus projetos sociais. Após os primeiros encontros, as segundas entrevistas foram semiestruturadas, em profundidade e com a técnica qualitativa (DUARTE, 2011), com perguntas baseadas nos assuntos incitados pelas primeiras entrevistas. Esse tipo de entrevista foi escolhido porque proporciona liberdade para que as informações mais relevantes para as próprias personagens possam emergir, o que não condiciona as respostas à uma padronização de possibilidades (MANZINI, 2004), além de

promover informações a partir das experiências subjetivas das mulheres entrevistadas, explorando e aprofundando determinados assuntos que poderiam ser interessantes para a proposta do projeto (DUARTE, 2011). Além das entrevistas, as personagens foram acompanhadas em momentos em que estavam atuando em suas comunidades, metodologia própria da observação participante (TRAVANCAS, 2006). Os deslocamentos para esses encontros totalizaram em cerca de 330 quilômetros percorridos pelas quatro regionais da cidade em que estavam as perfiladas.

De forma geral, a maioria das entrevistas contou com as seguintes perguntas (sem ordem específica):

- 1) Como e quando você começou a sua atuação comunitária?
- 2) Houve alguém que foi a sua inspiração para realizar esse trabalho?
- 3) No que consiste a sua atuação hoje?
- 4) O que te motiva a lutar pela sua comunidade? O que faz você levantar de manhã?
- 5) Além do trabalho comunitário, qual é o seu trabalho que paga as suas contas? Como você os concilia?
- 6) O que é política/cidadania/direitos humanos para você? O que isso tem a ver com o seu trabalho?
- 7) Você se considera uma líder?
- 8) Por que você acha que a maioria das líderes comunitárias são mulheres?
- 9) Quem são as pessoas e instituições que fazem parte da sua rede de atuação?
- 10) Quais são as principais dificuldades do seu trabalho na vila? Já tentaram te boicotar em alguma ação?
- 11) O que você sente pela sua vila?

6. Estrutura do site “Mulheres da Vila”. A partir do início das entrevistas, foi possível compreender melhor de que forma os conteúdos poderiam ser dispostos no site. A estrutura pretendida era: *homepage* (página inicial); páginas para cada um dos quatro perfis; página com a reportagem principal; página com galeria de fotos. O site está disponível no endereço: <<https://mulheresdavila.com/>>.

5. Redação dos perfis. As entrevistas das personagens, tanto em vídeo como em áudio, foram decupadas (ou seja, transcritas) para que se pudesse consultar todas as falas. Foram utilizadas cerca de 15 horas para essas entrevistas. Além disso, a decupagem contou com minutagem em determinadas partes, facilitando na edição de possíveis áudios e vídeos que comporiam o perfil. Essa etapa de pré-produção foi essencial para enxergar os assuntos mais essenciais na história de cada perfilada, assim como para a escolha dos recursos multimídia, seguindo os critérios já citados. Os conteúdos contam com 23 vídeos nos perfis e 1 vídeo de abertura, além de 12 áudios que foram acoplados aos textos. A principal referência para a redação dos perfis foi o livro *A vida que ninguém vê* da jornalista Eliane Brum.

6 PROJETO DO SITE

O site jornalístico *Mulheres da Vila* (mulheresdavila.com), produto desse trabalho, pretende ser uma plataforma multimídia de histórias de mulheres que são líderes em comunidades vulneráveis na cidade de Curitiba. O objetivo é proporcionar visibilidade para as tantas mulheres que possuem uma trajetória de vida que se dedica à luta social e política, sempre em defesa da garantia de direitos das moradoras e moradores desses territórios. A utilização do termo “vila” remete a como as favelas e outros espaços populares são chamados cotidianamente na cidade. Expressões como “moleque de vila, guria de vila”, “lá na vila, eu sou da vila”, são comuns nas conversas dos curitibanos.

A página inicial do site apresenta a estrutura de todo o projeto: de cima para baixo, há o menu que leva a todas as páginas do site, depois um banner com fotos das perfiladas em carrossel, sinopse que leva para a reportagem principal, vídeo de abertura, fotos de cada perfilada que guiam para os perfis, mini galeria em carrossel, contato e apresentação da autora.

A reportagem principal, chamada também de “abre” do site, apresenta a temática a ser tratada. Nela, há a contribuição da entrevista com pesquisadora Nilza Rogéria Nunes, que cunhou o constructo teórico “mulher de favela”, já apresentado anteriormente nesse documento. Há também a presença de outras fontes especialistas, também já mencionadas antes: Michele Bravos, Jussara da Silva Gouveia e Giovana Kucaniz. De alguma forma, essa reportagem justifica a importância social de falar e fazer ver a presença e luta dessas “mulheres da vila”. Na página da matéria, antes do texto, há um vídeo que busca reunir imagens da atuação das mulheres e as principais temáticas abordadas pelas perfiladas. Esse conteúdo audiovisual pode ser considerado uma sinopse do que está por vir, um “aperitivo” para adentrar ao site e acessar os textos.

O início desse projeto, que não pretende se encerrar na entrega desse Trabalho de Conclusão de Curso, conta com quatro perfis de mulheres que atuam em diferentes regiões da cidade, assim como em perspectivas diversas, mas que conversam, uma vez que todas se empenham na promoção da qualidade de vida, da igualdade e da dignidade humanas. Além dos textos, fio condutor dos perfis,

cada uma das quatro produções possui vídeos com relatos da personagem, áudios de algumas falas, fotografias e infográficos com informações sobre a sua rede e áreas de atuação. O material multimídia torna a leitura mais dinâmica e se faz relevante para o respiro nesses textos mais longos.

A identidade visual do site seguiu uma paleta de cores mais sombrias e terrosas, como tons de marrom, vinho, cinza e preto. A programação do site foi realizada pelo designer Victor Tirapelle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto busca falar de outras mulheres que fazem outras políticas. Emprega-se “outras” porque as mulheres da vila subvertem uma série de padrões sociais: são mulheres, pobres, periféricas. E ainda estão no espaço público lutando, demandando, inventando estratégias para que a vida dos seus pares possa ser menos difícil, fazendo política em prol de espaços segregados. A atuação dessas mulheres com certeza desagrada a ordem social.

Para compreender a participação feminina no movimento social, foi muito importante o estudo dos papéis e espaços culturalmente designados para a mulher, além de poder compreender de que forma eles influenciaram os principais marcos de protagonismo feminino na luta por cidadania. Além disso, percebeu-se a relevância de fomentar as pesquisas e a documentação sobre a história das mulheres.

O objetivo desse trabalho foi o de ecoar essas outras vozes que não possuem representatividade na mídia hegemônica³. A partir de um jornalismo cidadão e de resistência, é possível mergulhar na realidade para compreendê-la não como um objeto, como um dado cru que servirá para um resultado, mas como o universo em que se vive, em que relações multifacetadas compõem um contexto do qual eu, jornalista, faço parte. Verificou-se que a postura de observador participante é um caminho para um jornalismo “da gente”, que se revela sensível e humano. Para promover empatia, como pretende o jornalismo literário, é necessário se deixar empatizar. Para suscitar um jornalismo que estimula os cinco sentidos, é necessário se permitir ser estimulado. Tudo isso só é possível se o jornalismo for uma atividade de encontro: fonte e jornalista, gente e gente.

O contexto em que as mulheres desse projeto atuam, nas vilas, favelas, periferias, é um contexto de demandas que são urgentes. O protagonismo delas revela as necessidades de uma realidade injusta na qual vivem milhões de brasileiras e brasileiros. O projeto *Mulheres da Vila* coloca em destaque a luta feminina, mas também chama a atenção para os espaços em que a desigualdade

³ Por mídia hegemônica se entende os grandes conglomerados de comunicação.

social impera e reduz o acesso às condições de vida, como educação, saúde, segurança, lazer, poder de compra, habitação.

Criar uma plataforma para que as histórias dessas mulheres possam ser ouvidas, não somente em relação às suas atuações políticas, mas também sobre suas trajetórias de vida, medos e sonhos, é uma tentativa de promover visibilidade e preservar a memória de mulheres que participaram do curso das transformações sociais. Mulheres que podem ser consideradas líderes comunitárias, assim como mulheres que tiveram dores e amores, dificuldades e conquistas, entre tantas outras singularidades na história de uma vida que são importantes para a construção de um perfil jornalístico. Nesse trabalho, foi possível compreender de maneira prática a arte de se fazer um perfil, uma tarefa desafiadora.

Ainda, explorar as potencialidades do webjornalismo para textos jornalísticos longos se mostrou como uma possibilidade que contribui para o desenvolvimento de novas narrativas, tornando-as mais dinâmicas e envolventes ao público. A partir da pesquisa bibliográfica nesse sentido, percebe-se que a *longform* no contexto digital tem um potencial de mercado que pode colaborar no resgate da valorização social do jornalismo.

Ainda que a questão da negritude seja presente na história de duas das quatro primeiras personagens do site *Mulheres da Vila*, como esse projeto não foi capaz de proporcionar uma análise aprofundada sobre as singularidades das trajetórias da mulher negra, periférica e líder comunitária, sugere-se que a temática seja explorada por estudo e pesquisa futura, principalmente em relação à cidade de Curitiba. Dessa forma, será possível refletir as complexidades da relação entre gênero, classe, raça e poder.

Por fim, a experiência desse projeto intensificou a importância de uma prática jornalística comprometida com a defesa dos direitos humanos e da garantia de políticas públicas que atendam as demandas sociais, buscando uma sociedade mais justa para todas as cidadãs e todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ALVES, Damares. Entrevista com a Dra. Damares Alves, pastora e advogada do senador Magno Malta. Brasília, Expresso Nacional, 08 de março de 2018. Disponível em: <<https://expressonacional.com/entrevista-com-a-dra-damares-alves-pastora-e-advogada-do-senador-magno-malta/>>. Acesso em 03 de julho de 2019.

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BATTINI, Odaria. **A História do Serviço Social na História do Paraná**. IV Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Curitiba: 2009. Disponível em: <<http://www.cresspr.org.br/site/a-historia-do-servico-social-na-historia-do-parana/>> Acesso em 06 de junho de 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRASIL. Presidente (2016 – 2019: Michel Temer). Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. Brasília, 08 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>>. Acesso em 02 de julho de 2019.

BRASIL. Presidente (2018 – atual: Jair Bolsonaro). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. Brasília, 08 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/08/no-dia-da-mulher-bolsonaro-diz-que-ministerio-com-20-homens-e-duas-mulheres-e-equilibrado.ghtml>. Acesso em 03 de julho de 2019.

BOLSONARO, Michele. Discurso durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. Brasília, 08 de março de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/08/bolsonaro-e-michelle-participam-de-cerimonia-no-planalto-sobre-dia-internacional-da-mulher.ghtml>>. Acesso em 03 de julho de 2019.

BORGES, Rogério. **Jornalismo Literário**: teoria e análise. Série Jornalismo a rigor. Volume 7. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 17.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANAVILHAS, João Messias. **Do jornalismo online ao webjornalismo**: formação para a mudança. Universidade da Beira Interior – Portugal, BOCC, 2006. <<http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>> Acesso em 04 de nov. de 2019.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Livros LabCom. Covilhã, 2014.

CASTRO, Mary Garcia. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**. Trabalho apresentado na I Conferência Estadual da Mulher, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul: Governo do Estado, 1999. p. 89-96.

CASTRO, Tito Livio de. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa da Moeda, 1894. (Obra póstuma). IPHAN.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia A. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?. **Cadernos de Pesquisa**, n. 54, p. 5-15, ago. 1985.

COSTA, Emília de Souza. **A mulher - educação infantil**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Histórias e conversas de mulher**: amor, sexo casamento e trabalho em mais de 200 anos de história. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH**. UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**: métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

DUPRAT, Catherine. **Pour l'amour de l'humanité**: le temps des philanthropes: la philanthropie parisienne des lumières à la monarchie de Juillet. Volume 1. Ministère de l'Education nationale et de la culture, mémoires et documents, numero 47. Paris: Éditions du Comité des Travaux historiques et scientifiques, 1993.

EDO, Concha. El lenguaje y los géneros periodísticos en la narrativa digital. In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. Labcom - Universidade da Beira Interior, 2007, p. 7-24

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Coleção Primeiros Passos).

FERNANDES, Rubens César. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. In Edição da Assembleia Mundial dos Cidadãos, Civicus, Washington, 1995

FONSECA, Denise, PAGNOCELLI, Daniela Santos Machado; MAGALHÃES, Monique Lomeu. Feminização do Poder. **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social: PPGSS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2008.

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOHLFELDT, Antonio. Exercícios biográficos: arqueologia cultural. In: GUTFREIND, Cristiane Freitas (org.). **Narrar biográfico**: a comunicação e a diversidade da escrita. Porto Alegre: Sulina, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais**: Informações Territoriais, 2010. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7552>> Acesso em 15 junho de 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudo Especial sobre Diferenças no Rendimento do Trabalho de Mulheres e Homens nos Grupos Ocupacionais**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mulheres e Trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27317>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª edição. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **A regional desejada**. Curitiba, 2005.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Histórias de mulheres, modernização social e conflitualidades de classe e gênero. In: **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-PR**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338149559_ARQUIVO_HistoriadasmulheresANPUH.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2015.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2019**. Oxford, 2019. Disponível em: <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2019/brazil-2019/>>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo Literário para Iniciantes**. São Paulo: Clube dos Autores, 2010.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**, São Paulo, 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em 26 de junho de 2019.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online: qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. In: **Anais do 24º Encontro Anual da Compós**, Brasília, v.1, p. 1-19, 2015. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444ac7347b_2852.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Anais do Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos: A pesquisa qualitativa em debate**. Bauru, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário – tradição e inovação**. Série jornalismo a rigor. V.10. Florianópolis: Insular, 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **Gênero**, v.15, nº.2, p.13-28, Niterói, 2015.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações históricas conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.15-34.

MEAD, Margareth. **Macho e Fêmea** – um estudo dos sexos num mundo em transformação. Petrópolis: Vozes, 1971.

MINARDI, Inês M. Trajetória de luta: mulheres imigrantes italianas anarquistas. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão.** ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na web.** Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. 2001. Disponível em
<https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf
> Acesso em 04 de nov. de 2019

MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia:** o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: **História da cidadania no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil:** marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, abril 2017. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100143&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de junho de 2019

OST, Stelamaris. Mulher e mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico.** Rio Grande, XII, n. 64, maio 2009.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário.** São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 2ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2019

_____. **Mulheres públicas.** Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

RIBEIRO JUNIO, João Carlos. **Literatura e política no romance de Patrícia Galvão**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. **História Unisinos**, v. 13, n. 2, maio/agosto 2009.

ROSEN, Jay. Para além da objetividade. In: TRAQUINA, Nelson, MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ROSEN, Jay. Tornar a vida pública mais pública: Sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media. In: TRAQUINA, Nelson, MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Livros LabCom. Covilhã, 2014.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: João CANAVILHAS (org.) (2014) **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Portugal: UBI/ LabCom, Livros LabCom, 2014.

SCHMINK, Marianne. "Women in the Brazilian 'Abertura' Politics." **Signs**, v. 7, n. 1, p. 115-133. Chicago: The University of Chicago Press, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3173512?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 25 de abril de 2019.

SOARES, Vera. Movimentos feministas: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas Especial**. Florianópolis, 1994, p. 11-24.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

TOLEDO, Edilene Terezinha. Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. **Cadernos AEL**. Campinas (SP): AEL, n.8/9, 1998, p.89-116.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In BARROS, A. e DUARTE, J. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em:

<<https://marinasaraiva.files.wordpress.com/2013/04/etnografia-e-comunicao.pdf>>.
Acesso em 05 de novembro de 2019.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VILLAS-BOAS, Sergio. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____, Sergio. **Perfis**: o mundo dos outros. 22 personagens e 1 ensaio. 3ª edição. Barueri: Manole, 2014.

VILLANUEVA, Concepción Fernández. A participação das mulheres nas guerras e a violência política. In: JONAS, Eliane. **Violências Esculpidas**. Goiânia: Editora da UCG, 2007. Disponível em: < <https://www.ucm.es/data/cont/docs/701-2014-02-19-violencia%20esculpida.pdf> >. Acesso em 05 de novembro de 2019.